



**Mini-Manual  
da Hierarquia  
Militar**

**uma perspectiva  
antropológica**

**Piero Leirner**

**Mini-Manual da Hierarquia Militar: uma perspectiva antropológica**

**Piero Leirner**

- Mini-Manual da Hierarquia Militar -

Copyright © 2020 Piero Leirner

Todos os direitos reservados.

ISBN: 9798645632991

Leirner, Piero

Mini-Manual da Hierarquia Militar: uma perspectiva antropológica. Col. IndePub/SC. São Carlos: 2020.

144 p.

Inclui Bibliografia

ISBN: 9798645632991

1. Hierarquia Militar. 2. Guerra. 3. Antropologia. 4. História I. Leirner, Piero. II. Título.

CDD: 355



## Sumário

1. O lugar da hierarquia .....	8
2. A inimizade como princípio sistêmico .	11
3. O corte com a <i>polis</i> .....	27
4. Ponto de partida: praças e oficiais .....	41
5. As formas elementares de organização militar: as patentes .....	69
6. “Castas” de um homem só .....	92
7. Regras prescritivas: a disciplina .....	114
Referências Citadas .....	136

## Nota do Autor

A ideia deste “mini-manual” surgiu do fato mais do que manifesto de que os militares passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro – através de sua ação política, participação no Governo e como “notícia” que transborda pela imprensa diariamente –, mas que nem sempre são claras suas relações, símbolos, protocolos, estratégias de distinção e organização institucional. Desde o começo dos anos 1990 me dediquei a pesquisar isto, tendo como “centro de gravidade” o fenômeno da hierarquia.

Este não foi um tema aleatório que surgiu na pesquisa com militares. Como ficou bem evidente a partir de uma etnografia realizada com oficiais superiores do Exército Brasileiro (daqui para frente grafado como *EB*), a hierarquia é uma espécie de “mapa” que organiza não somente as relações *internas* à instituição militar, mas também as relações com o “mundo de fora”, tomando de empréstimo a expressão de Celso Castro (1990) para designar os *paisanos*.

De certa maneira, o livro que escrevi em 1997 foi uma primeira tentativa de descrição do funcionamento da hierarquia no *EB*. Mais adiante continuei a pesquisa sobre a hierarquia militar, olhando para a história e para o modo que ela se constituiu em diferentes Forças Armadas. O resultado desta pesquisa foi concretizado numa tese de doutorado em Antropologia (defendida na USP, sob a orientação de Maria Lúcia Montes), em 2001: “O Sistema da Guerra: uma leitura antropológica sobre os exércitos

modernos”. Esta tese está até hoje, quase 20 anos depois, inédita, podendo ser encontrada apenas na biblioteca da FFLCH/USP.

Eram tempos em que estudar militares era algo absolutamente desinteressante para o mundo acadêmico. Eis que fomos pegos de surpresa com este espectro da guerra rondando nossas vidas. Resolvi, então, editar um trecho desta tese de 2001, aquela que diz respeito justamente à hierarquia. Abaixo se encontrará o texto praticamente tal como está na tese, em partes de seus capítulos 4 e 5. Trata-se de uma descrição da hierarquia. A ideia de separá-lo é fornecer um “guia prático” para entender esse “ponto de partida” para o entendimento de como “funciona” a vida militar.

A decisão de não editar a tese como um todo vem do fato que muitas de suas discussões, especialmente as sobre uma “antropologia da guerra”, o problema da guerra “primitiva”, a sociogênese do Estado, o problema da relação entre política e guerra, além de estarem publicadas em artigos e serem objeto de um livro que está no prelo sobre a “guerra híbrida” no Brasil, tornariam este texto inócua para o objetivo a que se propõe: ser um *manual* para entender elementos do mundo interno militar.

É verdade que o texto a seguir, por ser parte de uma tese, segue o formato acadêmico, o que pode dificultar a leitura (especialmente os capítulos 2 e 3, os quais podem ser “pulados” sem grandes prejuízos). No entanto, dois elementos me levaram a manter o texto em sua forma original: uma certa necessidade “contextual” que pede uma urgência em publicar este material (que me parece

justificada pela procura que o texto tem recebido, algo que me pegou de surpresa até, considerando que ele não está na “rede”); e a manutenção das referências e autores que foram usados no argumento, o que pode sempre levar pesquisadores e interessados a produzir novos estudos e melhores que este.

Finalmente, gostaria de dizer que corro o risco aqui de falar de algo um tanto anacrônico para os tempos atuais. A tese foi defendida exatamente 29 dias antes do 11 de setembro de 2001. Desde lá os exércitos passaram por transformações doutrinárias e organizacionais. Embora a hierarquia não tenha mudado uma vírgula, há uma série de dispositivos militares paralelos feitos para “operações outras que não a guerra”, algo que parece ter encontrado um lugar ao Sol com as chamadas “Guerras de 4ª Geração” (assimétricas, irregulares, etc.) e mais adiante, as “híbridas”, que procuram dissolver as fronteiras entre militares e paisanos, guerra e política. Mas, na guerra, como na vida, estamos diante de transformações. E é sobre esta base hierárquica que novos elementos são pensados pelos seus “senhores”.

Antes de começar o texto, gostaria de agradecer alguns dos meus interlocutores de então. Samuel Soares, Candida Camargo, Celso Castro, Luiz Henrique de Toledo, Ciméa Beviláqua e José Magnani. Gostaria de agradecer ao apoio do CNPq e Fapesp, e a Aline Iubel, que me ajudou na edição.

À Maria Lucia Montes e Nelson Leirner.



## 1. O lugar da hierarquia

A partir da pesquisa que realizamos anteriormente com o *EB*, chegamos à conclusão de que a hierarquia é o elemento chave para se entender a separação entre quem é e quem não é militar. Ser um militar significa ocupar um lugar dentro desta hierarquia. Na maior parte dos exércitos, inclusive no nosso, ocupar um lugar na hierarquia significa também não se encontrar numa condição transitória: significa que se está imerso numa rede de relações com regras próprias, sujeito a regras diferenciadas em relação aos “civis”. Significa, principalmente, que se está num lugar que estabelece regras sociológicas que o separam do resto da sociedade. A hierarquia é a fronteira desta distinção: ao mesmo tempo que ela indica quem é “de dentro” e quem é “de fora”, ela é o registro das regras de conduta dos militares. E, em todo exército, de onde quer que seja, temos esta hierarquia do “tipo” militar; além disso, todo exército tem como princípio vital a noção de que esta hierarquia não pode ser quebrada, pois isto significa o fim da instituição.

O senso comum enxerga apenas uma parte desta hierarquia: aquela da “pirâmide hierárquica” que envolve as gradações em patentes militares, como cabos, sargentos, tenentes, coronéis, etc. Ela, porém, é mais complexa: estes segmentos fazem parte de outros segmentos maiores, bem como se decompõem em segmentos menores. Esta múltipla segmentação forma a base sobre a qual se arma o registro das formas de conduta que cada exército vai impor aos seus membros: como se respeita e se organiza a tropa

sobre esta base hierárquica é uma questão de cada variante nacional. Deste modo, nosso problema aqui é ver esta estrutura. Se há qualquer dado conjuntural que mereça ser levado em conta, é porque ele de fato atua sobre esta estrutura de forma significativa.

Diferentemente de toda uma tradição na ciência política, que procura em dados de “origem social” dos militares a vinculação destes a setores mais amplos da sociedade explicando assim as razões de sua intervenção na política em diversos lugares e épocas<sup>1</sup>, pensamos nos segmentos militares mais em função das determinações próprias à dimensão da guerra. Isto implica, inclusive, em ver o contorno hierárquico a partir de um outro prisma. Qualquer revisão mais detida da literatura da ciência política sobre militares (como, por exemplo, Harries-Jenkins & Moskos Jnr. (1981), numa abordagem global, e Coelho (1985), numa centrada no caso brasileiro), nos mostra que a ligação que se vê como pertinente é a dos militares com o [seu] Estado, passando pela mediação de forças sociais [de determinada sociedade ou Nação] que podem estar representadas por um sem-número de

---

<sup>1</sup> - Estamos falando, por exemplo, nas análises de Huntington (1957), Caforio (ed.) (1994), Harries-Jenkins & Moskos Jnr. (1981), para exemplos internacionais, e, para exemplos brasileiros, em Costa, V.R. (1986), Coelho, E.C., (1976), Carvalho, J.M., (1977), Schulz, (1994), Costa, W.P., (1995), Rouquié, (1980), Oliveira, E.R., (1994), Martins Filho (1996), entre outros, que se utilizam de dados da organização interna das FFAA para explicar sua ação política, às vezes vinculando esta a um *ethos de classe* mais amplo. Estes estudos nos dão vários argumentos que podem ser usados como fonte das explicações sobre a conduta política dos militares.

agentes, tais como “classes sociais”, “indústria bélica”, “tecnocracia” ou “poderes políticos” (tais como os poderes constituídos: legislativo, executivo, etc.). Raramente a constituição de um exército é abordada a partir de um ponto que nos parece elementar (e, talvez, de tão elementar, tenha sua causa desprezada pelas ciências sociais), que é a existência necessária do inimigo.

De outra maneira, a inimizade como *relação social* parece se constituir em um elemento crucial para se entender a guerra a partir de uma visão antropológica, como bem mostram os exemplos tomados de “guerras primitivas” (ver, por exemplo, as análises de Viveiros de Castro, 1986; Fausto, 1997). Tal elemento parece transpassar as especificidades conjunturais e se constituir numa condição necessária para a guerra, e portanto não vemos o porquê dele não ser tratado como um dado primário também quando tratamos da guerra moderna. Embora significativamente diferentes em termos quantitativos sobre a *capacidade de destruição*, as guerras modernas e não-modernas não prescindiram da noção de *inimizade* como horizonte de orientação para constituição do *ethos* de seu corpo de guerreiros. É a partir deste princípio, tão bem notado como um fundamento das relações sociais colocadas na guerra (por exemplo, em Lévi-Strauss, 1976 [1942]), que podemos, agora, ver de que maneira a inimizade se organiza para os exércitos modernos em termos da hierarquia.

## 2. A inimizade como princípio sistêmico

[Nota do Autor /2020: Este capítulo e o próximo desenvolvem os argumentos antropológicos para se considerar a hierarquia militar numa espécie de “continuação da guerra por outros meios”. Eles remetem à discussão para termos um tanto abstratos, e pensam os fundamentos de constituição da hierarquia à luz dos fundamentos da guerra: a inimizade, vista como princípio sistêmico e generalizado. Neste capítulo busco esboçar esta noção de *sistema* da guerra – relações de inimizade interdependente, que sustentam que as Forças Armadas operem em modo de “espelhamento distorcido” umas das outras –, enquanto no próximo capítulo procuro mostrar que esta relação inclusive chega a se sobrepor ao “mundo nativo” ao qual cada exército está relacionado. Ou seja, os exércitos são entidades “limitadas nacionalmente” a uma relação que está voltada para o mundo exterior – eles definitivamente *não são uma mera projeção de sua sociedade envolvente*. Se o leitor pretende apenas focar no funcionamento da hierarquia, sugiro que pule esta parte do texto (e se dirija ao capítulo “4 – Ponto de Partida: praças e oficiais”), que aqui de fato mais funciona como uma sustentação teórica sobre o problema concreto do funcionamento da hierarquia].

\*\*\*

A inimizade é um fato rotineiro na vida de qualquer militar. Basta passar um dia dentro da caserna, que qualquer um ouvirá esta palavra ser repetida inúmeras vezes, inclusive no interior de um exército como o nosso, que “não entra em guerra própria” desde o século retrasado. Neste sentido, uma pesquisa de campo com militares nos revelou, de antemão, o que aparentemente é uma obviedade, mas que, se articulado às devidas instâncias, não é: que, para um exército qualquer, outro exército é inimigo potencial e, conjunturalmente, ou é inimigo de fato ou é aliado contra este inimigo de fato. Por isto, a inimizade é uma constante, onipresente e permanente para todo exército. E, como todo exército tem esta constante para si, ela também é um estado generalizado, que se interpõe como uma realidade quase transcendente. Não há, deste modo, por quê se deter muito em casos particulares, embora seja ilustrativo narrar episódios que já ouvimos. Que, por exemplo, o exército norte-americano que já foi nosso aliado nos anos 1960, hoje [1994] ele “não é[ra]” [e em 2020 volta a ser um “preferencial”]. Que o argentino “não era”, hoje [1994] “é”. Que, como o exército “inimigo”, nos últimos anos, deu uma certa ênfase a unidades tipo “commandos”<sup>2</sup> – unidades “multitarefa” (anfíbias, por exemplo), geralmente pequenas e ágeis, com certo grau de autonomia decisória e preparadas para ambientes hostis, como selva ou gelo, ou

---

<sup>2</sup> - Este é o nome inglês destas unidades, que são equivalentes aos “boinas-verdes” de várias partes do mundo, ou forças especiais, etc., com as características a seguir.

para tarefas que exigem um certo “grau de invisibilidade”, como infiltração atrás das linhas inimigas (Foster, 1987) –, então “nossa” contrapartida será o treinamento de unidades de selva, paraquedistas, aviação do exército – helicópteros, unidades aero-transportadas que permitem um rápido desembarque, “neutralizando”, por exemplo, “commandos” ou pelotões guerrilheiros.

O que queremos chamar a atenção é para o fato de que tais elementos não fazem sentido se tomados isoladamente: a armação de um exército depende da armação inimiga. E, mesmo quando tomamos uma noção como a de “inimigo interno”, é preciso considerar que *do ponto de vista militar o inimigo sempre é exterior, exógeno*. Parece-nos que, no centro destas variáveis específicas, uma série de elementos vão se agrupar para determinar a conjuntura, como, por exemplo, os tipos de armamentos associados – se o exército inimigo adquire um armamento muito eficaz, ou deve-se adquirir o mesmo ou deve-se mudar a configuração do próprio exército, para tentar armar uma ação disruptiva –, quantidade de pessoal mobilizado, capacidade de conversão do parque industrial em indústria bélica, etc. Ou seja, tudo aquilo que entendemos como as variáveis de “poder” militar, às quais os analistas conjunturais tanto gostam de se prender.

Parece-nos, contudo, que o poder de fogo de um exército é insuficiente para explicar o domínio da estratégia e da guerra, supondo que esta seja apenas o resultado quantitativo do emprego de armamentos (Proença Jr. & Diniz, 1998), quase como numa medida em quilowatts. Vários exemplos podem ser lembrados nesse sentido,

sendo o mais escandaloso a própria guerra do Vietnã, onde o imenso arsenal norte-americano não foi suficiente para derrotar as formações guerrilheiras norte-vietnamitas, muito mais ágeis e versáteis (mesmo considerando a assimetria em termos de perda de vidas). Aliás, no combate na selva, o uso do flechamento ou armadilha com paus envenenados (ou “Paus Punji”) se mostrou diversamente mais eficaz do que o apoio de gigantescos bombardeios aéreos. O resultado todos conhecemos, tendo sua eficácia inclusive repercutido no investimento maciço que hoje se faz em unidades de “commandos”, “boinas verdes”, “forças especiais”, etc., “primas ricas” da guerrilha vietnamita na selva. O poder de fogo, deste modo, tende a ser englobado pela organização propriamente militar de um exército (De Landa, 1991). Evidentemente há um dado a se pensar neste plano, que é a corrida armamentista realizada através de armas nucleares, que, se levada ao pé da letra da equação quantitativa para o entendimento da guerra, já teria promulgado o fim desta. Não é o que se vê, pois mesmo os países detentores desta tecnologia sustentam um arsenal convencional considerável, além de investir nessas formas “irregulares” de guerra. Devemos sempre lembrar que a guerra se trava no solo, e as armas nucleares, geralmente independentes de maiores arranjos de força militar, são um empecilho à sua própria continuidade. Veja-se, por exemplo, o exercício tático que tropas da OTAN realizaram em 1961 na Alemanha Ocidental, conhecido como “Exercício Spearpoint”. Com contra-ofensivas nucleares, simulou-se uma contenção de uma ofensiva

soviética. O resultado apontou para uma impossibilidade de continuação da batalha após três dias.

Deste modo, parece-nos que o poder constitui-se justamente numa variável (que de fato “varia” e molda uma conjuntura) que determina uma combinação possível dos elementos (que entram numa análise conjuntural). Se realmente o exército norte-americano tem um poder global, pelas suas dimensões, isto sustenta o fato de hoje [2001] quase todos poderem vê-lo como um inimigo potencial e, neste sentido, todos incorporarem em sua formação elementos que os tornem viáveis a ponto de romper a ação daquele exército em algum nível, seja somente dissuasório, seja em combate no próprio território, seja numa linha de frente alienígena. Nem por isto, porém, este é um “jogo ganho”: apesar da conjuntura apontar para a preeminência de um, dois ou três exércitos de “referência” (digamos, o norte-americano, o soviético e o chinês), ainda sim isto somente se dá sob a possibilidade de um sistema que se propaga numa condição de inimizade generalizada. As variáveis mudam, as relações permanecem.

Então, embora estas relações possam parecer assumir uma polaridade que se baseia em um jogo de forças, isto aponta mais para uma conjuntura variável (que interessa sobretudo àqueles que pretendem explicar a dinâmica da realidade a partir de um motor Histórico, com “H”), que se desfoca ao considerarmos a potencialidade existente na situação de inimizade generalizada. A partir daí, podemos pensar em trabalhar, a princípio, com a seguinte situação: considere-se que todo exército é uma



unidade militar voltada contra todas as outras unidades militares existentes. Frise-se aqui a idéia de que, se temos uma situação de inimizade generalizada, somente podemos considerar os exércitos como “unidades” de um sistema tensionado por conexões totais<sup>3</sup>, e não como “elementos separados e parcialmente conectados a uma rede maior” de alianças. “O inimigo me faz”.

Há uma série de dados que podem corroborar tal visão. Por certo, o que mais nos interessa é justamente o fato destas “unidades” serem extremamente opacas. O potencial de inimizade generalizada é efetivamente o fator que impede que qualquer força armada revele para o mundo os detalhes íntimos de sua combinação: suas jogadas devem permanecer no nível do mais absoluto segredo, pois revelá-las pode significar sua própria morte (veremos, inclusive, como este nível do segredo também se realiza dentro da capilaridade interna à hierarquia de um exército). Este é o nível que, para usar uma categoria nativa, funda uma mistura de “arte e ciência” militar, e em

---

<sup>3</sup> - É certo que tal proposição pode nos remeter a Clastres (1980), novamente, e lembrar que a guerra opera um duplo movimento, dispersão e autonomia das unidades sociais. Mas, evidentemente, todo cuidado é pouco, pois “paralelos” deste gênero não passam de simples exercício especulativo. O que interessa a nós é saber se há algum tipo de relação que se coloca, lá e cá, de maneira análoga, e, por enquanto, é cedo para afirmações deste gênero. Devemos, contudo, adiantar que, no plano empírico, jamais poderíamos considerar um exército como uma unidade autocontida, e, portanto, estas “totalidades” a que nos referimos e vamos referir não são totalidades empíricas, “aldeias” que vemos da porta de nossas tendas, para usar a metáfora de Evans-Pritchard.

que se tenta prever o inimigo, ao mesmo tempo que se elabora a própria linha de ação, tentando ao máximo evitar que o inimigo alcance uma previsibilidade de sua conduta. E, note-se, tal opacidade tem que ser constante e maximizada, não ocorrendo somente nos chamados “tempos de guerra”. Se, nos chamados “tempos de paz”, um exército deve dissuadir, ele não pode se expor<sup>4</sup>.

Isto formaria o que podemos chamar de uma espécie de “dimensão subjetiva” de cada exército, e, de certa maneira, é com isto que cada militar vai se preocupar enquanto um nativo que está enxergando uma composição de forças singular. É claro que esta “subjetividade” pode começar a ser problematizada, na medida em que ela somente pode ser avaliada e construída em função de uma sabedoria e uma intuição que se tem a respeito dos seus inimigos, o que nos levaria a crer de imediato que a própria subjetividade somente pode ser pensada em função da maneira como se enxerga a subjetividade alheia. Deste modo, temos, neste primeiro plano, um jogo de construções sobre contradições: cada exército deve montar seu esquema, fabricar sua organização, mobilizar seus recursos e elaborar suas classificações das coisas em

---

<sup>4</sup> - Esta dicotomia “tempo de paz/guerra” vale tanto para o Estado quanto para a sociedade que vive sob a égide deste. Como veremos, ela não é tão operativa para um exército, que, ao menos teoricamente, deve sempre estar mobilizado para a guerra: a situação que a visão estratégica chama de dissuasão. Mas, perguntamos: “dissuasão” de quê? Deve então haver uma pressuposição de que sempre alguém está querendo atacar, e isto nos leva novamente ao plano sistêmico da inimidade generalizada.

função de um desejável conhecimento cada vez maior dos outros e, ao mesmo tempo, de um desejável não-conhecimento dos outros sobre si. Mas, se “eu” mesmo me vejo à luz dos “outros”, como supor que, em alguma medida, eles não estejam “me” vendo?

Isto seria uma espécie de “meta-equação” da estratégia, um princípio básico que qualquer militar, de qualquer parte, deve assimilar. Respalda-se, assim, aquela idéia que Luttwack (1987) define como o “uso consciente do paradoxo na guerra”: somente sob o horizonte do paradoxo é que se pode conduzir a guerra. É evidente que o pensamento estratégico calcula este tipo de paradoxo em função de uma eficácia, dada pelo “vencer” ou “perder” a guerra. Mas, para o “sistema”, esta eficácia somente conta como a possibilidade de alteração nas combinações possíveis, na rede de inimizades e alianças e nos fatores que induzem os exércitos a elaborar suas estratégias diante de um inimigo potencial que se revelou muito eficaz.

Enfim, da perspectiva do sistema, as “combinações” do paradoxo pouco contam: a inimizade potencial generalizada ainda será uma constante, e a sua racionalidade transcende a racionalidade da substância estratégica *itself*. Ora, o que queremos dizer, então, é que, do ponto de vista do sistema (que, admitimos, é abstrato, não está neste ou naquele exército, nem nesta ou naquela batalha), a guerra não é sinônimo de estratégia, ainda que a estratégia tenha sido pensada, na sua forma “grande”, como a expressão mais bem acabada da “continuação da política por outros meios” (Clausewitz, 1993 [1832]; Luttwack, 1987). O que nos leva novamente à afirmação

de que a racionalidade que vem de uma embocadura sócio-histórica à luz do Estado não se aplica a esta situação *sui generis*<sup>5</sup>. Tal paradoxo, inclusive, nos leva também a pensar

---

<sup>5</sup> - Sabemos que tal racionalidade, a qual em um modelo tipicamente weberiano seria a “racionalidade instrumental” como um “tipo-ideal” moderno, apesar de se pretender hegemônica, está longe de sê-lo (estão aí Habbermas, Bourdieu e boa parte da antropologia para mostrá-lo). Mesmo no interior do Estado, como bem mostra M. Douglas (1998), as instituições tenderiam a traçar um horizonte de percepção de riscos e ações subsequentes numa racionalidade bem diferente da individualista “pura” – esta mais bem expressa pelo cálculo racional. Esta, aliás, seria uma atitude típica do que ela chama de “centro” (imaginamos que seja o que está na esfera de ingerência do Estado, mesmo que se trate do capital). Nas palavras dela, “to turn in the other direction, we can feel just as unhappy with the hierarchical society. It will also put the maintenance of the whole system above individual survival- this time the system is the bureaucratic organization. It frankly believes in sacrificing the few for the good of the whole. It is smug about its rigid procedures. It is too slow, too blind to new information. It will not believe in new dangers and will often be taken by surprise. It will accept large risks if they appear on a horizon beyond its institutional threshold of concern. These are the typical attitudes of the center, well known in the literature of political science.” (Douglas & Wildawsky, 1982: 101). Parece-nos, contudo, que Douglas prima por resgatar uma chave durkheimiana que opera numa dicotomia insolúvel entre indivíduo e sociedade, mas, no caso, realçando uma base concreta a partir de uma certa primazia de uma “cognição institucional”. Como veremos à frente, no caso dos exércitos, há uma complicação em se reduzir a corporação apenas à chave “holista”, pois, mesmo com sua característica claramente hierárquica, há uma tentativa de se preservar o indivíduo – ou mesmo o individualismo – como linha de transmissão de uma cadeia de comando e como centro de tomada de decisões em um âmbito restrito. Ainda que este indivíduo seja moldado à imagem da corporação, ela própria sustenta que o valor para ele se moldar à sua cara reverterá em benefício próprio, ressaltando dimensões competitivas, auto-formuladoras,

mais uma vez sobre a natureza do tipo de relação que a guerra traz, tendo em conta, inclusive, que o domínio da estratégia, se de fato considerado como parte do domínio político, pode ser generalizado para outras regiões da vida social que não o domínio do sistema intermilitar, como por exemplo o domínio econômico. Afinal, nos parece algo absolutamente “natural” considerar que as guerras só surgem como extensões de interesses econômicos.

Lembremos assim, também, das visões que sustentam a idéia de que a violência encontra na guerra uma espécie de meta-caso ou ainda o meta-modelo. Neste movimento, a ação violenta levaria a uma objetificação do inimigo em função de transformá-lo em um “butim”, ou seja, alienado de sua condição subjetiva e transformado em insumo, quantificável e indistinto, seja como força de trabalho, seja como riqueza objetivada propriamente dita, nas modalidades chamadas de “guerra de conquista” (A. Lima, 1995). Tais são, nos parece, maneiras de ver as modalidades de guerra transsubstancializadas de modalidades do capital, provavelmente sempre via Estado como agente operacionalizador deste mecanismo de alienação do “outro”.

Embora tais assertivas nos revelem um bom pedaço da nossa realidade, presa aos mecanismos gerenciais – tanto no mundo simbólico quanto no material, se é que podemos considerar estas instâncias

---

individualistas, enfim. Vemos, neste sentido, que não há como reduzir os exércitos ao modelo de “racionalidade institucional” proposto por Douglas, pois parece-nos que a guerra conduz a uma racionalidade específica.

separadas – da série capital-Estado, elas não parecem esgotar o problema básico do caráter paradoxal da guerra. Novamente pedimos ao leitor que, pacientemente, procure deslocar o foco da racionalidade do poder e do jogo estratégico de um exército singular (ou uma situação militar singular, envolvendo diretamente poucos exércitos) para o sistema: todos os exércitos, inimigos entre si, precisam ter consciência dos outros (ou incorporar os outros) e fechar-se a si. Qual o suporte para tal paradoxo? Parece-nos que a objetivação “à la capital” não é suficiente para manter este edifício de pé. É necessário, então, entender por quais vias a guerra leva à elaboração de uma situação de unidades sociais inimigas, potencialmente destruidoras umas das outras, no entanto dependentes destas mesmas outras para se realizarem enquanto unidades. Tal situação, contudo, não esgota o paradoxo: ela apenas o enuncia. Ou seja, para resumir esta passagem, bastante abstrata e algo difícil, sustentamos que “guerra é guerra”, “capital é capital”. Que estes planos se confundem, isso é óbvio; porém, não são redutíveis um ao outro.

Deste modo, parece-nos que tal *sistema de inimizade* que operacionaliza a guerra somente pode se sustentar na medida em que se leve em consideração não o potencial do segredo de cada exército, sua opacidade desejável, mas exatamente o contrário, que se leve em conta o princípio que permite a esta inimizade apresentar-se como uma relação: enquanto a opacidade suporta a diferença, há um princípio que deve enunciar uma equivalência, algo que permita um “trânsito cognitivo” que sustente um certo

“espelhamento” de informações entre os diferentes exércitos. Este princípio, como tentaremos mostrar, é um mecanismo – aliás, é o mecanismo – de constituição de cada exército: a hierarquia. Se pensarmos num sistema computacional, ela é o que permite o fluxo de informações entre “teclado”, “hardware”, “software”, e entre estes e outros computadores.

A hierarquia é uma linguagem comum, uma gramática que permite que os exércitos saibam ler seus inimigos. No entanto, ela está alçada ao nível dos mecanismos, não é a forma aparente de constituição deste ou daquele exército. Coloca-se como uma espécie de realidade transcendente, que atinge a todos por igual: por que, afinal, todo exército precisa se organizar, nestes moldes, exatamente da mesma maneira, apesar de suas variações absolutas no “campo do poder”, que conduzem à opacidade?

Não nos parece que a dimensão da eficácia administrativa da hierarquia seja capaz de explicar, e mesmo que o seja, devemos pensar então que esta eficácia somente pode ser resultante de um universo que a compartilha e reconhece enquanto tal, e, para isto, deve haver relação, deve haver troca. Pois, antes de se chegar à eficácia, é preciso que o sistema se generalize. Portanto, para se generalizar, é preciso reconhecer sobretudo que este campo tem que ser construído em função de uma relação, e do reconhecimento de que há um código comum que diga que, enfim, há relação – de inimizade ou de aliança.

Assim, por exemplo, é que podemos pensar que um exército somente constrói seu valor enquanto uma unidade “realmente militar” quando derrota um inimigo com igual grandeza. Que os lanceiros suíços, ao derrotarem os habsburgos, vão sugerir a incorporação de infantarias a pé às cavalarias tradicionais da Europa. Que o exército francês vai incorporar as técnicas de escaramuça dos bandos nômades que ele próprio enfrentava nas guerras coloniais. Que o exército norte-americano, que antes predominantemente adotava um esquema de guerra de blindados (“Panzers” → artilharia-infantaria → assalto) muito em função de sua experiência na Segunda Guerra, vai posteriormente valorizar mais as unidades que incorporam o “espírito” militar da guerrilha na selva vietcongue, através de unidades anfíbias como os “mariners”. Que o exército brasileiro, digamos, vendo a crescente valorização de unidades peritas em Forças Especiais como as norte-americanas, decida que o teatro mais provável para suas linhas de defesa seja a Amazônia, e comece a investir em unidades de guerra na selva, pequenas e altamente especializadas. Ou, ainda, que um soldado de um exército qualquer, numa ação de bravura, “neutralize” um pelotão e, a partir daí, demarque uma trajetória singular, com rápidas promoções e ganhos de honras militares. Que, então, o outro exército procure se vingar, dispondo de franco-atiradores que tentem neutralizar justamente a ação de determinado soldado ou pelotão que se destaca. Ou, então, que um militar vai ser reconhecido por seguir à risca a doutrina e a disciplina que são construídas em função do inimigo potencial.



Aí é o caso de se perguntar, quando se *incorpora* um inimigo: onde está de fato a “grandeza” disto? Para que um soldado ganhe honras, dissolvendo um pelotão inimigo inteiro, onde, de fato, está a “substância” de um pelotão que é “convertida” em honra, promoção, etc.? Parece-nos que o “x” desta questão está justamente no fato de que estas “conversões” somente são possíveis se pensarmos que há um potencial de troca de “informações subjetivas”, e não só de incorporação do objeto “butim”.

O que estamos querendo mostrar, mesmo dentro da brevidade destes exemplos, é que, qualquer que seja a subjetividade de um exército ou de um militar dentro de um exército, ela somente pode ser construída em função de uma relação de inimizade com outros. É tal relação que permite que um exército possa se fundamentar em outros, e que esta aparente opacidade de cada exército na verdade se constitua apenas no marco diferencial necessário para operacionalizar o fundamento da relação. Uma vez que estamos lidando com um desdobramento infinito de subjetividades dentro de subjetividades, o sistema perde qualquer centralidade referencial substantiva e chegamos finalmente à idéia de que é o próprio mecanismo que se constitui em centro.

Porque, na verdade, o fato para o qual estamos querendo chamar a atenção é que, neste tipo de inimizade generalizada, o que se consome não é efetivamente uma substância do outro, na forma de butim (ainda que isto possa ocorrer), mas sim a própria perspectiva do inimigo,

ou seja, a própria relação que alimenta o sistema<sup>6</sup>. Deste modo, é a própria relação que está no centro, ela é a referência, e assim começamos a ter uma base para se compreender porque as formas da hierarquia são gerais, e não simplesmente apropriações que variam caso a caso.

Uma vez, então, tendo a perspectiva de que a organização de um exército se volta justamente para o seu exterior, vejamos como, no seu interior, se colocam estes mecanismos estruturais. Trata-se de ver a organização de um exército sob a ótica de um agenciamento entre estas categorias de exterioridade e interioridade, que acreditamos ter descoberto na referência onipresente aos

---

<sup>6</sup> - Seria como considerar, voltando às perspectivas da ecologia cultural, sociobiologia, etc., que o consumo predatório canibal tem como único objetivo a supressão das necessidades básicas alimentares. Não é preciso argumentar muito para ver que este tipo de visão do canibalismo é de uma pobreza sofrível. No entanto, já é preciso argumentar bem mais que um exército consome uma relação de inimizade e não está apenas atrás da apreensão de um outro objetivado, que, se não pode ser medido em “calorias”, é medido enquanto capital. Mas ainda que a apropriação da riqueza alheia seja parte do processo, gostaríamos de reiterar nossa convicção que ela não explica *como* se dá o processo, e, por isto, também não explica o *porquê* do processo, do ponto de vista de quem o executa. Neste sentido, fiquemos atentos para o próprio desenrolar de uma guerra no campo de batalha: em primeiro lugar, as ações propriamente militares: espionagem, infiltração, artilharia e assalto; tomada de posição e planejamento de novas ações a partir de informações obtidas com o inimigo capturado. A partir daí, a administração do butim deixa de ser propriamente militar e passa a ser um negócio do Estado: instalação de polícia, aproveitamento de mão de obra e dos recursos que sobraram, e, finalmente, conversão da população inimiga em aliada potencial, com ações de agregamento dela à *polis*.

mecanismos hierárquicos de organização dos exércitos. Vejamos, assim, como estes mecanismos da hierarquia operam dentro de um exército, começando por um fato etnográfico da maior relevância – já enunciado –, que desdobra o problema da alteridade numa segunda chave: a diferenciação que os militares fazem de si em relação ao resto da sociedade.

### 3. O corte com a *polis*

Um grande corte percebido pela literatura antropológica quando se fala de hierarquia militar foi a já mencionada separação entre *militares e paisanos*, levantada pelos dados de Castro (1990)<sup>7</sup>, que mostram que uma série de gradações polarizadas desenharam os contornos de fronteiras simbólicas entre estes dois “mundos”. Estas são ilustradas por uma série de categorias valorativas<sup>8</sup>, que invariavelmente apontam para uma escala depreciativa dos paisanos. Tal dicotomia foi absolutamente reiterada pelos nossos dados de campo. Descobrimos, de maneira sintomática, que a separação, evidenciada por condutas completamente diversas, chega àqueles que não mais vestem a farda, tendo passado para a reserva<sup>9</sup>. Evidentemente, isto mostra que a diferença toda está neste “vestir”, que, como será melhor tratado adiante, realça a

---

<sup>7</sup> - "*Paisano*. É normalmente usado em lugar de 'civil' mas, embora pareça ser a mesma coisa, não é. 'Paisano' é um termo claramente pejorativo (...). A origem de 'paisano' está no francês 'paysan' (...). O termo equivalente a 'paisano' seria 'milico', depreciativo de militar ou, dependendo da ênfase com que se pronunciasse 'paisano', seu correspondente poderia também ser 'macaco'. Embora os militares usem 'civil' quando se dirigem a civis, entre si eles usam quase sempre 'paisano' ..." (Castro, 1990: 39).

<sup>8</sup> - Por exemplo, Militares – “Aman/ ‘Aqui Dentro’ = Seriedade (...), boa apresentação pessoal...” *Vs.* Paisanos – “Faculdade/ Lá Fora = Falta de Seriedade (...), má apresentação pessoal” (Castro, 1990: 41).

<sup>9</sup> - Desta maneira, embora sejam militares, agora pertencem a uma outra corporação, a dos reservistas, com suas associações, clubes e representantes.

idéia de que o dado identitário é definido por um lugar social dos interstícios da hierarquia, pessoalizando-o sob um dado precedente, que é o pertencimento à corporação<sup>10</sup>, ao mesmo tempo que opera *contrastivamente*<sup>11</sup> em relação aos “de fora”.

Dáí as fronteiras simbólicas tão bem descritas por Castro ilustrarem um fato que, em nossa opinião, opera conjuntamente ao nível da organização social; e, por isto, qualquer classificação pode e deve ser pensada de acordo com uma visão hierárquica do universo<sup>12</sup>. Esta vai se

---

<sup>10</sup> - Como o leitor verá, começaremos a fazer uso do termo “corporação” para falar de um exército. Esta é uma designação nativa, e seu uso, embora remeta a uma noção bem difundida – uma organização que opera como um “corpo” – deve ser diferenciado daquele, por exemplo, de uma corporação empresarial, sobretudo pela maneira diferenciada pela qual os indivíduos são agenciados no interior destas. Voltaremos a este assunto logo adiante.

<sup>11</sup> - A noção de identidade contrastiva encontra-se formulada, entre outros, em Carneiro da Cunha (1986).

<sup>12</sup> - Deve-se ressaltar que, quando “militares” se enxergam como algo distinto de “paisanos”, uma gradação valorativa que resulta numa simples oposição entre “nós e eles” (seja entendida como “bons e maus”, “positivo e negativo” – pouco interessa o conteúdo) introduz uma dicotomia polarizada que, sem ser propriamente falsa, não revela uma contradição fundamental que opera na base do registro do dado classificatório. Este é, além de dual, estruturalmente hierárquico, enunciando uma maneira de conjugar o conjunto dos dados – sejam eles da “cosmologia” ou da “organização social” (se é que podemos separá-los assim) – que os coloca ora em função de uma totalidade precedente, ora os coloca como equivalentes lógicos e sociológicos da própria totalidade. O ponto que queremos realçar é que a estrutura é em si hierárquica, compondo uma contradição formal entre os termos e seu arranjo global, entre partes e todo, que escapa a uma dicotomia

realizar, como mostramos anteriormente em relação ao *EB*<sup>13</sup>, sobretudo na referência ou subordinação de qualquer parte – desde o indivíduo até uma série de segmentações que ocorrem no interior da hierarquia militar – a uma totalidade previamente estabelecida, nativamente vista sob o emblema da *disciplina*. Neste sentido, as partes, chegando até às classificações individuais, tomam como referência acúmulos ou perdas de disciplina, fazendo com que elas encontrem seu lugar de coincidência no plano coletivo através desta “ideologia totalizante” que opera no registro do fracionamento hierárquico. O ponto, então, é que a constituição de um

---

estrutural de tipo “equitativo” (+/-). Neste caso estamos, obviamente, empregando a noção de estrutura de modo algo semelhante a Dumont: “Falaremos de estrutura exclusivamente neste caso, quando a interdependência dos elementos de um sistema é tão estrita, que eles desaparecem sem resíduo quando se faz o inventário das relações entre eles: sistema de relações, em suma, e não sistema de elementos” (Dumont, 1992: 91). Tais relações, portanto, somente tomam sentido se pensadas em relação ao conjunto, i.é., a própria definição de hierarquia: “definiremos então a hierarquia como *princípio de gradação de elementos de um conjunto em relação ao conjunto*” (*idem*: 118). Ou seja, a idéia é que a relação entre os elementos, a própria estrutura, é pensada como impregnada de valor.

<sup>13</sup> - Vimos detalhadamente ao longo da presente pesquisa que outros exércitos, entre eles principalmente o norte-americano, mas também o português, o espanhol, o indiano, o canadense, o russo e tantos outros, possuem regras de classificação hierárquica praticamente idênticas. Deste modo, esta amostragem permitiu deduzir um certo grau de generalização das regras hierárquicas. Com menos detalhes, vimos que a estrutura hierárquica é praticamente idêntica em mais de uma centena de exércitos, o que reforça nossa hipótese de uma certa universalidade desta estrutura militar.

universo militar se dá sob o prisma da constituição de uma totalidade<sup>14</sup>, ainda que ela seja “aberta” ao exterior e “segmentada” ao extremo – às partes individuais, inclusive – no seu interior.

Mas esta é uma totalidade multifacetada. O princípio hierárquico é um código único que impõe diversos níveis de segmentações. E estas segmentações que ocorrem no interior da hierarquia são a ossatura de cada exército: através delas, sabemos como estão organizadas as carreiras individuais; através delas, sabemos como está estruturada a organização dos meios materiais no interior da Força; através delas, sabemos como está orientada a disposição para o combate. Enfim, elas são a estrutura que cada exército vai preencher com um conteúdo próprio, de acordo com sua disposição para a guerra. E, como a guerra é constante, esta estrutura é permanente: não se dissolve em “tempo de paz” e procura se manter em “tempo de combate”.

O fato é que, dentro desta segmentação, temos a constituição de um universo que pretende dar conta do real de maneira totalizante. Mesmo nos níveis mais básicos

---

<sup>14</sup> - Novamente, reiteramos que sabemos dos riscos de se pensar estes atores nos termos de uma “totalidade”. Não pela noção ter sido amplamente criticada por uma corrente acadêmica, pois esta crítica efetivamente não se dirige a objetos da natureza do nosso. Que se observe a cautela já enunciada por Castro (1990) em se considerar a instituição militar como “instituição total”, no sentido empregado por Goffman (1974). O que estamos tratando aqui, como está enunciado no capítulo anterior, é da ideia de que há um “filtro total” pelo qual a instituição produz o controle dos seus *inputs* e *outputs*.

de gerência da vida cotidiana, por exemplo, assistência médica, lazer, moradia, responsabilidade jurídica, alimentação, entre outros, encontramos o domínio da corporação sobrepondo-se à suposta universalidade da sociedade envolvente. Há, em todos estes domínios, o adjetivo “militar” para qualificá-los<sup>15</sup>. Diga-se de passagem – e talvez esta seja uma indagação que o leitor se faça logo de início –, as mulheres e filhos de militares também são incorporados nesta moldura, neste conceito que vários exércitos têm de “família militar”, onde as regras de etiqueta dos militares propriamente ditos devem ser estendidas aos seus familiares, sob pena de desgraça para ambas as partes, caso sejam rompidas<sup>16</sup>. O domínio

---

<sup>15</sup> - Também é significativo que os militares possuam um corpo de engenheiros especializados em “traduzir” inovações tecnológicas e científicas para propósitos “puramente militares” (De Landa, 1991: 36; S. Douglas, 1987). Para alguns teóricos da guerra, como M. De Landa, a logística, que seria exatamente a capacidade de conversão de recursos sociais em recursos de guerra, seria a diretriz básica para se explicar os múltiplos desenhos que os conflitos assumem, sempre seguindo uma linha mestra pela qual a guerra (no singular) teria um mesmo *hardware*, dado por um certo “ponto de vista” das máquinas de guerra (assumido como “ponto de vista” real e consciente a partir do advento da inteligência artificial, que associa a computação de última geração à teoria do Caos para explicar certas imprevisibilidade no campo de batalha). É claro que não compartilhamos desta visão, mas não deixa de ser interessante justamente o fato de que a tecnologia, a ciência e os mecanismos de gerenciamento dos recursos humanos e sociais possam vir a ser “convertidos” para a guerra.

<sup>16</sup> - Isto pode ser visto nos “guias para a vida militar” que se publicam em várias línguas. Dispomos de dois exemplares, o *Army Officers Guide* (Bonn, 1999) e o *The Army Wife Handbook* (Corssley & Keller, 1993),



hierárquico, que também é o domínio que segmenta as diferentes especializações no interior de um exército (o que ficará mais claro no decorrer deste capítulo), realiza no interior da corporação um microcosmo que dá conta de um encapsulamento da vida dos militares, que classifica e dá sentidos singulares tanto à organização da corporação quanto aos mapas cognitivos de seus membros.

Um parêntese para uma história interessante, contada por um oficial, que pode ilustrar o alcance deste domínio hierárquico: em uma das frentes da Guerra do Paraguai, no ano de 1864, uma unidade do exército brasileiro, em franca desvantagem, encontra na beira de um rio uma imagem da Virgem Nossa Senhora do Carmo. Imediatamente alguém, em um dos pelotões, ergue a imagem e encabeça uma ação ofensiva, que, pelo inusitado de uma surpresa do ataque quando a tropa paraguaia estava na ofensiva acaba revertendo a situação, e

---

que mostram que o universo social militar (a ênfase é norte-americana, mas há diversos exemplos de que isto se espalha para outros exércitos, e mesmo que esta etiqueta de conduta deve respeitar a hierarquia, inclusive de outros exércitos) é regido por códigos absolutamente próprios. Há ainda um exemplo que gostaríamos de mencionar (nos foi narrado por um militar, e saiu na imprensa na época, mas infelizmente não conseguimos encontrar o material publicado), que nos parece ilustrativo deste tipo de extensão “total” aos membros da família: certa feita, há alguns anos atrás, um oficial do Exército brasileiro foi flagrado pela polícia tendo uma relação sexual com outro homem dentro de um automóvel. Um repórter que acompanhava a diligência publicou a matéria, e a corporação resolveu tomar suas medidas: tal oficial foi internado numa ala incomunicável do setor psiquiátrico de um hospital militar, e a mulher passou a receber pensão de viúva, resguardando assim *sua* honra militar.

provocando o rendimento “pacífico” de um número de soldados paraguaios bem superior ao dos brasileiros, provavelmente uma brigada inteira. Hoje, a Virgem está guardada no Forte Coimbra, no estado de Mato Grosso, e recebe honras militares de General-de-Brigada (popularmente conhecido como general de “duas estrelas”) cada vez que sai de sua unidade, exatamente como um comandante militar (tais como toque de clarinete e formação específica dos subordinados). Além disso, ela leva a fama de “milagreira” entre militares, que pagam suas promessas deixando em seu manto suas insígnias, medalhas e condecorações. Fecha-se o parêntese.

O que a princípio esta dimensão corporativa, que se desdobra em aspectos totalizantes, vem enunciar, é o fato de que, do ponto de vista “interno”, a relação entre os militares de um determinado exército e a sociedade “envolvente” não é uma simples relação de subordinação funcional, como se eles fossem apenas mais uma “parte” integrante da sociedade, em cooperação com as demais. Pois, como “partes”, no limite, nós, indivíduos, estamos sempre sujeitos a buscar em esferas autônomas e separadas de nós os elementos necessários para a própria construção de nossa subjetividade, sendo o Estado, e a designação metafórica da nossa própria subjetividade através dos conhecidos números como o “R.G.” ou o CPF (cuas implicações para a construção de nossa identidade são brilhantemente analisadas por Montes, 1996) a parte que

provavelmente mais elementos mobiliza<sup>17</sup>. No caso militar, ao contrário, o sentido subjetivo é sempre mediado pelo interior da corporação, não é buscado fora dela, a não ser naquela diretriz já enunciada, que leva o sentido exterior às outras corporações similares.

Tal construção se torna especialmente problemática, pois estamos tratando justamente de uma corporação cujo lugar de existência está definido dentro dos limites da “coisa pública”, mas, como estamos procurando mostrar, sua auto-imagem a princípio se constrói por contraste em relação a esta. Assim, ou bem devemos redefinir toda a armadura conceitual da *polis*, acreditando que a coisa pública não é tão pública assim, ou bem aceitamos que mesmo no interior desta corporação da coisa pública é possível se enunciar um paradoxo que dê conta de duas verdades ao mesmo tempo. O problema parece encontrar um certo respaldo, ou mesmo um certo “ar de familiaridade”, em uma série de discussões semelhantes – apesar do contexto absolutamente diferente – levantadas na antropologia já há algum tempo. Trata-se da operacionalização de uma série limitada de dicotomias que vemos aparecer em vários lugares da literatura, tais

---

<sup>17</sup> - Note-se que os documentos de identificação dos militares também são diferentes, bem como suas relações com o universo do Estado, no plano jurídico, eleitoral, etc. Em qualquer sentido que se pense, do mais cotidiano ao mais extraordinário, da organização concreta da vida à classificação da realidade, da organização do corpo de combate à concepção de pessoa que se molda a partir de uma honra militar construída pela disciplina (tema que será visto adiante), encontramos o filtro da instituição programado à luz da hierarquia.

como “público” e “privado” ou “casa” e “rua”, que, na verdade, trazem à reboque uma série de outras categorias que ainda podemos evocar.

Aqui nos parece que uma ideia “forte” de corporação passa a ter algum efeito nessa distinção radical com o “mundo de fora”. Tanto na fabricação da corporação – sua modelagem, feita para dar conta de todas as ameaças que ela detecta – quanto no corpo de seus membros, o “corpo disciplinado”, teríamos resultados deste processo de “consumo cognitivo” do inimigo, e sua modelagem neste processo seja transformada em ação. Fatos devem se tornar ação correspondente, assim como idéias, intuições ou sentimentos devem passar para o registro interno da corporalidade: um processo de “decoração” dos fatos da guerra, portanto.

Somos, assim, inclusive levados a pensar no sentido básico do treinamento militar, que passa por mecanismos de aprendizado baseados em mnemotécnicas e técnicas de decoração da doutrina. Trata-se de “decorar” na sua acepção etimológica, encontrar uma razão que seja sede da inteligência e do coração, ou seja, transformar o pensamento em norma de conduta<sup>18</sup>. Vê-se a transformação da idéia em “corpo”, uma unidade entre

---

<sup>18</sup> - O que, aliás, nos leva a um segundo sentido etimológico de “decorar”, que também significa enobrecer, honrar. Tal sentido da “honra”, como veremos no capítulo seguinte, é o cimento ideológico da disciplina, que no limite torna palpável a própria substância dos mecanismos hierárquicos, i.é, do próprio princípio sistêmico de inimidade generalizada convertido para a estrutura da organização militar.

ideologia e ação correspondente. A conversão do outro na corporalidade própria, portanto, é a própria conversão da relação em fato substantivo, organização, doutrina e fabricação de corpos prontos para o combate: corpos de combate e soldados feitos à luz destes.

Tal formulação, que em certo sentido pode ser tomada como uma saída para o problema de uma dicotomia entre a *polis* e a corporação militar – ou entre “política e guerra”, que pelo menos desde Clausewitz ganhou o status de problema filosófico e depois científico, no sentido de que a Ciência Política sempre colocou em termos de “quem” e “como” a política vai controlar a Instituição militar. No entanto, quando olhamos para este “dado cultural” ao ver essa separação radical entre “nós militares” e o “mundo de fora”, voltamos a um paradoxo de tomar as Forças Armadas como corporações públicas, mas fechadas e particularizadas. E que ao mesmo tempo encaram sua visão particular como a visão pública por excelência, muitas vezes, como no nosso caso, afirmando isto abertamente, quando não mesmo pondo-o em prática, através de sucessivas tomadas do poder de Estado.

Neste sentido, agora sim, podemos começar a esboçar com mais clareza de que forma a guerra, enquanto fato sociológico em que se embute uma contradição com o Estado (aqui voltamos ao nível do sistema), se realiza neste primeiro corte que a hierarquia militar estabelece em relação à *polis*. Note-se, contudo, que ao aceitarmos plenamente a idéia de que estamos lidando com uma

“totalidade aberta”<sup>19</sup>, um sistema que se organiza a forma de um “englobamento do contrário” (conforme Dumont [1992] supôs, por exemplo, para hierarquias como a do sistema de castas na Índia), não estamos afirmando ou reiterando, neste caso, uma solução tipo “militares = sociedade contra o Estado”, mas antes procurando ver como este mecanismo hierárquico, apesar da polis, continua em um certo lugar dos interstícios desta operando em um registro próprio. É a dinâmica da guerra que constitui a hierarquia, o que, de fato, pode ser visto inclusive anteriormente à construção dos Estados nacionais (Tilly, 1996).

Tudo indica que esta foi uma espécie de embrião sociológico que se agregou às formas de guerrear que eram praticadas na Europa entre os séculos XII-XVI, e, possivelmente, esta fórmula hierárquica original contaminou a forma da guerra nos demais territórios nos séculos vindouros. De todo modo, a origem importa menos que o modo como a hierarquia militar se institui de forma generalizada, pois é através do seu emprego que entendemos a durabilidade desta forma hierárquica na história.

Assim, durante os séculos seguintes, o fracionamento hierárquico vai representar a base de um registro das convenções tácitas da guerra. Este fracionamento também se altera: as guerras, constantes e

---

<sup>19</sup> - Podemos, em relação a esta noção de “totalidade aberta”, inclusive remeter a Sahlins (1990), pensando novamente na sua concepção da moldura mítica havaiana a partir de uma abertura prescrita ao estrangeiro.

generalizadas neste contexto, representam eventos capazes de incorporar novos dados nesta estrutura<sup>20</sup>. Mas o fato é que é por ser justamente “estrutural” que ela se generaliza, e se eventos são incorporados, também é porque ela se mantém. Ou seja, o sentido desta generalidade pode ser entendido pelo fato de que a forma hierárquica de fato se agrega a formas elementares de se fazer a guerra e a partir daí se institui enquanto um sentido universal para se organizar os exércitos. Então, estas “unidades fracionadas” que são os exércitos aderem a esta forma, ou melhor, estão presos a ela justamente porque no limite *são ela*, mas sempre tendo em vista que esta foi uma fórmula secular de responder a um dado universal que é a guerra como troca.

Evidentemente, a maneira como a guerra se coloca para a sociedade também está relacionada às próprias transformações desta, e na sua forma moderna isto diz respeito sobretudo à sociogênese do Estado, que começa em contextos específicos por confinar a máquina de guerra nos seus mecanismos de monopolização, assim como mais para frente acaba por restringi-la a um corpo de especialistas.

Se em certos momentos a guerra tomava a sociedade como um todo, em outros, com o Estado, ela vai se fechar à sociedade e se inscrever em corporações. No entanto, mesmo esta drástica mudança conjuntural não alterou o fato da guerra operar numa dinâmica própria; pelo contrário, mesmo em relação ao Estado, que tem

---

<sup>20</sup> - O que nos leva a um “ar de familiaridade” com a noção de “estrutura da conjuntura” de Sahlins (1990).

pretensão a uma hegemonia no controle dos processos sociais, a guerra parece constituir um “contrário”, englobado certamente, mas um contrário. Afinal, por que, em um mundo em que todas as esferas se autonomizam de fato (e aí os exércitos não são exceção), somente os militares vão construir fronteiras simbólicas tão rígidas, a ponto de cercear as determinações individualistas que são a marca indiscutível do “contrato” na *polis* moderna? Por que os militares vão construir fronteiras simbólicas que os separam dos outros (*paisanos*)? Há que se levar em conta, ao menos, que o resto do funcionalismo público não opera em registro semelhante...

Neste caso, devemos considerar que esta separação, ancorada principalmente na construção de uma totalidade que esquadrinha um plano de referência próprio e opera um agenciamento identitário para o fato da guerra, não pode estar no mesmo registro da *polis*. E o fundamento de tal totalidade é a hierarquia militar, que, como princípio moderno do guerrear, vai ser a gramática sob qual se escrevem as regras da guerra. Pois ela não somente determina quem guerreia (e quem não guerreia), como também nas suas múltiplas segmentações determina *como* se guerreia: o universo de possibilidades combinatórias que se tem em relação ao inimigo é um universo de possibilidades de organização do corpo de combate sobre a base hierárquica (que é comum a todos).

Por isto, como veremos, estas formas da hierarquia militar acabam por ter tamanha estabilidade: os graus do século XI em grande parte ainda podem ser encontrados dentro do contorno da hierarquia. Vejamos então como



este contorno hierárquico se realiza no interior de um exército. Estaremos colocando as múltiplas maneiras pelas quais um exército se segmenta, seguindo a ordem dos segmentos maiores para os segmentos menores. Procuraremos mostrar também de onde vieram cada uma das segmentações, mas sempre tendo em mente que os limites deste trabalho se encerram na exploração das formas estruturais que são a base elementar desta gramática da guerra contemporânea. Não está na nossa competência, portanto, tratar das minúcias históricas dos processos de constituição da hierarquia militar, ainda que um bom tratamento histórico dos fatos sempre seja desejável.

## 4. Ponto de partida: praças e oficiais

Sabemos pela historiografia que, após a dissolução da máquina de guerra romana, a Europa (de onde sairá o modelo de máquina guerra que vemos hoje em escala global, daí justificar-se o foco nesta história<sup>21</sup>) se encontrou em um Estado de generalização da guerra, o que significa dizer uma série de forças privadas organizando por si forças de defesa e *raids* incursivos diante de propriedades alheias (Elias, 1990).

Mesmo o estabelecimento dos carolíngios, com as vitórias expressivas de Carlos Martelo contra os muçulmanos em Poitiers, em 732, e as campanhas de seu neto Carlos Magno na linha alemã, não foram razões suficientes para amortecer a forma guerreira privada e suas constantes lutas ao longo dos feudos estabelecidos. Sabemos também que, a partir deste período, a região da Europa Ocidental continuou a sofrer pressões invasoras pelos seus dois flancos, especialmente entre os séculos IX-XII, quando e onde se travou com uma alta intensidade

---

<sup>21</sup> - Sabemos que há uma série de “histórias das guerras”, militarmente até mais relevantes no período do que a situação da Europa Ocidental, como por exemplo a expansão do Império de Gengis Khan e seus sucessores, entre 1204 e 1405, ou os Hunos mil anos antes, os conflitos no mundo semita, ou ainda nas dinastias da China. Sabemos também que, na filigrana, há elementos de outras partes do globo que vão se incorporar na guerra européia, mas infelizmente este é o tipo de coisa que se perde com a postura do “olhar distanciado”, que procura ver o sistema. E, como nossa preocupação é ver como hoje a guerra é sistematizada, achamos que os dados ditos “históricos” devem estar focados na reconstituição da hierarquia, mais do que das batalhas.

uma série de guerras com “povos montados”, sejam os muçulmanos na península Ibérica, seja o Império de Gengis Kahn e seus sucessores na Europa Oriental (Keegan, 1995).

Da contra-reação a estas pressões, as forças privadas européias, que anteriormente já tinham a expansão como hábito associado à guerra, incorporaram largamente os mecanismos de guerra alienígenas, através de hábitos cavaleirescos com a freqüente associação entre honra pessoal e vitórias militares, no que posteriormente foi desembocar na mais popularizada época cavaleiresca, com torneios, competições e até batalhas compreendendo convenções absolutamente tácitas para o desenrolar do conflito.

Tal reação (que se intensifica entre os séculos IX e XI) desencadeia um enorme conjunto de fusões e incorporações à maneira de guerrear, sendo a incorporação de uma prática de cavalaria e a fusão com uma visão de mundo respaldada na estrutura da igreja católica as mais importantes. É neste momento que os corpos de guerra privados se unem à estrutura da Igreja Católica no começo das Cruzadas, e o sistema guerreiro passa a se apropriar de uma estrutura administrativa que se revela eficaz, não só na organização da batalha, como também no gerenciamento do dispositivo de agenciamento de pessoal e de apoio logístico para o prosseguimento desta (Smail, 1985)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> - O que percebemos aqui, com um rápido exame destes acontecimentos, é que toda uma série de influxos externos é apropriada

A agência hierárquica se torna tão eficaz que rapidamente ela contamina as formas de guerra, e decanta à base destas até se confundir com elas próprias. Este é um processo tão genérico e tão rápido que não é possível dizer precisamente nem quando nem onde a estrutura hierárquica contemporânea se efetivou primeiro. Pela etimologia de alguns de seus elementos, como “soldado”, “capitão”, “general”, podemos dizer que já havia algo deste princípio na Roma pré-cristã, e permaneceu guardado no repertório da Igreja.

No entanto, o próprio termo “hierarquia” foi cunhado bem mais tarde. Até onde conseguimos saber, “hierarquia” vem do grego “*hieros*” mais “*arke*”. O primeiro termo, na Grécia Antiga, significava “manifestação do sagrado”; associava-se a ele o substantivo “*hierous*”, “sacerdote”, que naquela sociedade significava o grau máximo de ligação do humano com o

---

e generalizada nas formas de guerra da época. Mais uma vez queremos chamar a atenção para o fato de que esta é uma história que foi sendo construída com base num longo teste da eficácia desse tipo de experimento, que, como podemos constatar hoje pela cartografia política do mundo, vemos que deu certo. Podemos pensar em toda uma série de razões, militares ou não, para se pensar no triunfo do catolicismo nesta época, mas, de fato, não é isto que nos interessa. O fato é que não há nenhuma prescrição que assinala que esta fusão com a guerra apontasse *a priori* uma eficácia, nem que isto fosse absolutamente um fato que apontasse para “planos determinantes”. Parece-nos mais que esta incorporação de elementos (cavalaria, estrutura hierárquica) “deu certo”, e aí se generalizou. Independente da substância histórica, então, a guerra ali se fez e continuou se fazendo a partir da eficácia destas formas.

sagrado. “*Arkhé*”, por sua vez, tem um duplo sentido: pode ser tanto “comandar” quanto “iniciar”. Não há, no entanto, no grego, a palavra composta “hierarquia” (“*hierarkhéia*”).

Ao que parece, seu uso se difunde na cultura ocidental através do latim tardio, aparecendo como uma derivação de um protoplasma organizacional que vem do tempo da fusão da Igreja Católica com o Império Romano, quando se aproveitam os termos gregos para compor a idéia de um “governo (do) sagrado”, compatível com a ordem cósmica cristã<sup>23</sup>. A partir deste fato se imbricaram aos aspectos religiosos as formas administrativas que bem depois se converterão em formas administrativas dominantes para a sociedade:

“Further development of the priestly hierarchy followed when Constantine made Christianity the state religion of Rome, willing that the Church be coexistent with his empire. Civil and ecclesiastical administration became standardized, the areas of civil administration being formed to coincide with the ecclesiastical diocese, larger civil regions with patriarchal regions, and the whole

---

<sup>23</sup> - Onde havia nove ordens nas hostes celestiais divididas em três tríades, também chamadas de hierarquias: Serafins, Querubins, Tronos; Dominações, Virtudes, Potestades; Principados, Arcanjos, Anjos. Estes elementos estão ordenados de acordo com sua proximidade com Deus, sendo Serafins o mais próximo d’Ele, e os Anjos dos Homens. A Igreja se apresentaria como uma cópia do mundo espiritual, com sua organização também composta em três tríades: três sacramentos - batismo, eucaristia e confirmação; três ordens sacerdotais - episcopato, prespiterato e diaconato; e três estados de vida - eremitas, cenobitas e imperfeitos.

Church centered on the supreme patriarchate at Rome. Papal authority thus became supreme in the Church and survived the fall of the Roman Empire” (Halsey, A., 1985: 356). E tal conversão é realizada, antes de tudo, nas ações militares.

A hipótese mais provável, seguindo este caminho, é que foi durante os séculos XI e XII, quando se realizou em toda Europa um amplo movimento de conversão de mosteiros em fortalezas, provavelmente acompanhando uma institucionalização da fusão entre acontecimentos militares e religiosos, que se formou a primeira versão da forma hierárquica militar moderna. Naquele momento, ao agregar-se a fórmula religiosa-institucional à guerra, potencializaram-se as possibilidades de êxito desta, o que certamente converteu rapidamente a forma institucional numa forma de organização militar.

Por sua vez, esta organização vai se impor sobretudo por uma eficácia própria que agrega à forma de guerrear, de modo que todos aderem a ela em pouco tempo, até que ela acaba por contaminar as formas sociais do período como um todo. Corroborando esta hipótese, há indícios de que a formação terminológica da época vem a reboque deste processo: nesta conversão dos conventos em fortalezas, instituiu-se a primeira ordem de graus militares de que se tem conhecimento: a direção de um Grão-Mestre, o chefe da ordem que passaria a ser o próprio Rei; as seções paralelas de Clérigos (*Fratres Cappellani*) – incluía, em ordem de precedência, Bispos, Padres e Diáconos – e Cavaleiros (*Fratres Milites*) – na qual há registros confusos sobre a ordem de precedência, com

grande variabilidade em termos regionais, sabendo-se no entanto que mais tarde os graus eram reconhecidos em termos de Grão-Oficial, Oficial e Cavaleiro –; e as seções subalternas paralelas, dos Servidores (*Fratres Servientes Armigieri*) e Criados (*Fratres Servientes Offici*). Também data desta época, especialmente durante o século XI, uma pequena variabilidade da terminologia, que, na Península Ibérica ao menos, ora fundia, ora designava separadamente, termos como *vassalis*, *socius*, *miles*, *sateles*, *infancion*, embora no século XII apareçam as designações específicas para funções militares: *nobiles milites*, *milites palatii*, *milites villani* (cf. Mattoso, J., 1985: 41).

Todos estes termos e papéis, em grande medida, demonstram uma longa vitalidade, persistindo, em alguns casos, até o presente. O que eles traduzem é sobretudo uma ordenação do mundo militar que posteriormente vai se revelar numa lógica própria, de certa maneira incompatível com a emergência da “sociedade dos indivíduos”, para usar os termos de Elias (1994). A “hierarquia”, que agrega um fato religioso à lógica militar, e que, como vimos, institui um mecanismo de ordenação totalizante do mundo<sup>24</sup>, se faz e se realiza justamente a partir de uma articulação de partes cujo valor no cômputo geral determina importâncias diferenciadas em relação ao conjunto. É, de fato, por aí que se entende a idéia que “um rei” ganhava uma guerra, “um cavaleiro” uma batalha, e

---

<sup>24</sup> - Como aliás, já bem disse Dumont (1992: 118) a respeito da hierarquia: “...ficando entendido que, na maior parte das sociedades é a religião que fornece a visão do conjunto, e que a gradação [hierárquica] será, assim, de natureza religiosa”.

hoje um general, que acumula em si todas as hierarquias, assim como a “visão do conjunto”<sup>25</sup> pode desempenhar papel semelhante.

O que se coloca como pano de fundo para pensarmos a hierarquia militar é, sobretudo, a indagação da razão pela qual, em uma sociedade que se faz à luz de mecanismos de negação da hierarquia<sup>26</sup>, se estabelece que,

---

<sup>25</sup> - Um dado interessante para se pensar este ponto é o fato de, no fim da batalha de Stalingrado, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o exército alemão já se via numa tremenda desvantagem, Hitler promover alguns de seus generais – os que efetivamente iriam cair nas mãos de inimigos – a marechais de campo, com a alegação de que um Marechal jamais se deixaria capturar. Era uma mensagem que ordenava claramente o suicídio destas pessoas, pois em sua posição estava mais que um corpo de exército (que é uma parte, como por exemplo o 6º Exército alemão, o que então se encontrava em situação mais dramática, e que justamente se rendeu em 31 de janeiro de 1943) já massacrado, estava a própria honra do conjunto das forças alemãs.

<sup>26</sup> - Esta idéia é central para Dumont (1992), que no seu esquema estabelece que o Ocidente se realizou à sombra de uma “aversão” à hierarquia. Também em certa medida pode ser encontrada na sociologia de inspiração weberiana, que busca no indivíduo, com toda a carga de pressupostos que este leva, o agente fundante da constituição do *socius*. Em qualquer caso, quando há persistências da hierarquia em sistemas individualistas, tal fato geralmente é visto como um sinal de anacronismo, ou então de um “hibridismo” de formas antagônicas (Da Matta, 1983). Note-se, inclusive, que para Dumont – numa análise que consideramos bastante superficial – as formas “hierárquicas” ocidentais são tomadas como “artificiais” (1992: 118), por desconsiderarem o equacionamento lógico de subordinação das partes a totalidades previamente estabelecidas. Tais considerações, contudo, não foram pensadas em relação aos fundamentos mais amplos da organização dos exércitos em vista da guerra. Até mesmo quando a sociologia tratou de pensar a questão da “modernização” destes, não se questionou se a



numa de suas instituições centrais, tal forma social continue sendo a base de sua constituição. Como veremos, aqueles termos da hierarquia que vêm de uma longa duração tenderam a se fixar e decantar para um lugar estrutural. Mesmo pensando em pirâmides hierárquicas à semelhança de “castas”, incorporou-se nestas o princípio da mobilidade, essencialmente moderno. Mas, é claro, nem tudo segue este princípio. Esta primeira segmentação de que agora trataremos – “praças e oficiais” – não incorporou tal princípio, fato que deveria constituir em uma espécie de “escândalo sociológico para a modernidade” – para usar a expressão de Dumont –, mas na verdade não constitui, passando despercebido por nós.

\*\*\*

Na chamada “pirâmide hierárquica”, que envolve de soldados a generais, a segmentação mais genérica é aquela que divide o corpo de combate em praças (ou graduados) e oficiais<sup>27</sup>. Em alguns exércitos, como por

---

hierarquia militar era ou não uma forma “moderna”, e, assim, não se questionou sobretudo esta medida de “modernidade” como uma construção que fabrica “anacronismos”, “antagonismos”, etc. Novamente, pensamos se não seria o caso de abandonar tais “divisores”, podendo assim considerar que tal hierarquia não é nem uma “artificialidade”, nem uma “resistência anacrônica”, ou qualquer coisa que o valha.

<sup>27</sup> - Os exércitos regulares seguem um modelo com poucas variações (apenas dentro das patentes, quando estão no plural). São praças, em ordem de obediência: soldados, cabos, sargentos e suboficiais; em alguns exércitos estrangeiros é comum ainda ver o posto de alferes, uma

exemplo o português, é possível ainda encontrar a divisão de praças entre praças e sargentos<sup>28</sup>. De todo modo, pelos estatutos militares, fica claro que as condições de ingresso e carreira entre oficiais e não-oficiais são diferenciadas em qualquer exército, como no *EB*. De todas as segmentações (ou, mais apropriadamente, clivagens, onde, como nos cristais, as divisões refletem as propriedades do todo) existentes na hierarquia militar, esta é a que oferece uma maior ruptura entre os segmentos, embora, como veremos nos itens seguintes, as ideologias complementares da disciplina e da formação do corpo de combate perpassem esta divisão. Ela consiste, provavelmente, na única que institui um mecanismo formal de regras diferenciadas para os dois segmentos, especialmente as regras que estabelecem uma restrição na constituição do universo hierárquico, a partir das possibilidades de ascensão e mecanismos de acumulação de mérito e demérito na carreira.

Em outras palavras, nos mecanismos formais fica estabelecido que os praças não podem chegar a uma

---

espécie de suboficial, às vezes alocado como praça, às vezes como oficial; são oficiais, em ordem de obediência: tenentes, capitão, major, tenente-coronel, coronel e generais. Para as Marinhas e Aeronáuticas, a hierarquização sempre é semelhante ao seu correspondente Exército, mudando apenas alguns nomes de referência.

<sup>28</sup> - Esta também é a divisão dos chamados “círculos hierárquicos” no Brasil, acrescentando-se ainda sub-divisões como “oficiais superiores”, etc. Uma tabela completa destes círculos pode ser encontrada em Leirner (1997: 74-75).

situação de comando enquanto oficiais<sup>29</sup>, ao mesmo tempo que oficiais também não podem ser rebaixados à condição de praça. A grande clivagem se dá, portanto, numa condição de “endogenia” segmentar, diferentemente de todas as outras clivagens hierárquicas (como, por exemplo, as patentes, que veremos nos outros tópicos), que são marcadas por condições transitórias nas carreiras individuais, na medida em que se constituem como pré-condição da ascensão hierárquica, tanto de oficiais quanto de praças. Deve-se adiantar que a importância de tal fato reside nos fundamentos empíricos da organização de cada exército para a guerra, marcando, de um lado, o desenho das combinatórias organizacionais da corporação e, de outro, realizando-se no sistema de produção e alocação de pessoas que se faz à luz desta própria organização. Tal clivagem, portanto, marca uma divisão no corpo de combate e rebete em um princípio de organização de

---

<sup>29</sup> - Embora, em alguns casos, praças em situação de sargento possam se tornar oficiais até a condição de oficiais inferiores, após muitos anos de serviço, mas apenas exercendo funções administrativas e auxiliares e jamais se encontrando situação de comando de tropa. No Brasil, estes constituem o chamado Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO), e sua promoção não é realizada juntamente com a dos demais oficiais. Assim, embora eles possuam a patente, acabam por constituir uma oficialidade peculiar, restrita a si própria. Conforme foi constatado em campo, sua convivência com os oficiais egressos da Academia é muito restrita, mesmo em ambiente de trabalho. Em outros países, bem como aqui, também há a possibilidade de um praça se tornar oficial se na sua juventude (aqui até 25 anos, aproximadamente) ele ingressar num curso de formação de oficiais. Mas, neste caso, a pessoa é “ressocializada”, por assim dizer, e a clivagem é preservada.

possibilidades individuais que se colocam na diferença de pessoas em postos de combate.

Uma série de diferenças básicas distingue oficiais e praças. A que mais importa é a que distingue uns dos outros como os que comandam e os que obedecem, respectivamente. No Brasil, assim como em outros lugares, “o oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício das funções de comando, de chefia e de direção”, enquanto “os graduados auxiliam ou complementam a atividade dos oficiais, quer no adestramento e no emprego de meios, quer na instrução e na administração.”(Min. Ex., E-1, 1980: 16). Isto não significa que temos uma situação com dois blocos homogêneos – comandantes e obedientes.

Dentro do círculo dos praças, um subtenente ou um sargento têm precedência sobre cabos e soldados e, nesse sentido, eles também têm uma parcela de comando. Isto fica absolutamente claro a partir do estereótipo do sargento “capataz”, que se confirma em situações reais. No entanto, se olharmos para estes cortes e procurarmos o que isto significa em termos das divisões orgânicas de um exército – suas unidades de combate, que representariam “cortes horizontais” dentro da hierarquia, como em um organograma com seções, subseções, etc. –, veremos que tal divisão resulta em um escalonamento mínimo para o comando, pois a unidade mínima de um exército, o pelotão, é comandada por um tenente, o oficial menos

graduado<sup>30</sup>. Somente encontraremos uma situação onde o sargento não tenha alguém acima dele quando, por algum motivo excepcional, localizado e contextual, não houver a presença de um oficial.

A situação regular e estrutural sempre indica a presença de pelo menos um tenente que, enquanto possuidor de um comando de uma unidade [mínima] em algumas situações poderá até estar em relativa autonomia. Cremos que esta relatividade, que pode ser lida pelos seus dois lados – do indivíduo enquanto alguém que toma decisões, mas também de uma unidade que representa em alguma medida o todo –, por estar centrada em um oficial, de certo modo indica que a clivagem, oferecendo uma gradação, sugere que, a partir de um determinado nível, vemos uma situação “orgânica”, uma parcela do corpo e uma pessoa que comanda esta parcela coincidentes com a totalidade<sup>31</sup>.

Por esta concepção, comandar não é somente dar ordens, nem somente ter a possibilidade de conduzir uma unidade militar com um mínimo de autonomia tática e decisória. É sobretudo carregar um valor que permita em

---

<sup>30</sup> - O pelotão possui de 30 a 40 homens. Talvez possamos considerar o Grupo de Combate, de aproximadamente 10 homens, supervisionado por um sargento, como uma subdivisão menor que o pelotão. No entanto, este é espontâneo e variável; sua existência empírica, enquanto unidade, não está prescrita nos mecanismos formais, bem como não possui autonomia em relação ao pelotão.

<sup>31</sup> - Seria propriamente a idéia que um oficial, assim como um pelotão, representam uma espécie de *força mínima*, ou mesmo possuem um *valor mínimo de combate*, para usar a expressão nativa.

conjunto que se dêem ordens e que se tenha autonomia, sobretudo porque o ato de dar ordens e o fato de ter autonomia estão, de alguma maneira, referidos à organização como um todo, ao mesmo tempo que atendem às expectativas desta. Note-se, no entanto, que generalizar dizendo que os praças obedecem, e só, os tornaria indistinguíveis entre si, quando não o são, o mesmo valendo para os oficiais. Também é necessário reafirmar a idéia de que uma única linha de comando e obediência perpassa todas as clivagens, garantida pela ideologia da disciplina, ao mesmo tempo que um pelotão é uma unidade organicamente conectada a unidades maiores, sejam elas (em ordem ascendente) companhias, batalhões, brigadas, divisões ou corpos de exército<sup>32</sup>.

Deste modo, a hierarquia, tanto vertical quanto horizontalmente, remete ao princípio da precedência do todo em relação às partes, conforme a visão de que todas estas são partes conectadas e sistematicamente ligadas: mexer em uma implica em mexer em todas. O que estamos querendo chamar a atenção, portanto, é para a idéia de que este princípio sistêmico carrega as possibilidades combinatórias de arranjo dos elementos.

De fato, a única característica desta clivagem que torna estes segmentos “intocáveis” entre si é a impossibilidade de ascensão ou queda, que permitiria que os indivíduos de um segmento pudessem vir a ser de outro. Esta é uma característica da hierarquia militar que

---

<sup>32</sup> - O princípio de organização destas unidades será detalhado adiante, no próximo item.

institui dois agrupamentos diferenciados, marcados por uma inconversibilidade mútua. E, de certa maneira, esta característica é própria apenas da hierarquia militar: em nenhuma outra organização burocrática vimos este tipo de clivagem aparecer. Em qualquer empresa estatal ou privada contemporânea, o mecanismo burocrático por excelência é o da possibilidade de mobilidade ascendente total de cargos, numa suposta linearidade.

Assim, se fossemos encaixar a segmentação militar num tipo ideal weberiano, veríamos uma espécie de “anacronismo”, associado mais a estamentos ou castas que à burocracia no seu tipo puro. Não é à toa que sua origem é remota, vinda da organização militar das Ordens sacro-militares, e perpassa os primeiros exércitos nacionais europeus, realizando-se inclusive em uma armação social exterior à própria vida militar, já que empresta seu modelo para a formação da hierarquia nobiliárquica e a posterior constituição de cargos burocráticos no Estado<sup>33</sup>. Talvez

---

<sup>33</sup> - Lembre-se novamente do argumento de Foucault (1987; 1999), que mostra como a guerra formula o modelo disciplinar adotado pelo Estado. Mesmo Charles Tilly (1996), que reforça a noção de um Estado civilizador, mostra que grande parte das raízes do Estado na Europa estão na guerra, e o aparelhamento das suas forças de combate foi um dos elementos vitais para a consolidação da estrutura de governo (p. 132-3). Vale a pena ainda recorrer às palavras de Duby: “Pois o ‘feudalismo’ não é antes de tudo um estado de espírito, este complexo psicológico formado no pequeno mundo dos guerreiros que aos poucos foram se tornando nobres? Consciência, principalmente, da superioridade de um estado caracterizado pela especialização militar e que supõe o respeito de certas imposições morais, a prática de certas virtudes; idéia conjunta de que as relações sociais se organizam em

por isto mesmo esta clivagem inicial dos exércitos é a que mais persiste em consonância com os cortes sociais exteriores (mesmo hoje, como se vê em estudos de mobilidade social e profissão militar (Nuciari, 1994)), o que, de certa maneira, induziu vários historiadores e sociólogos a perceberem este corte hierárquico como o único relevante para o entendimento de processos sociais que envolvem as ações das Forças Armadas como forças políticas<sup>34</sup>.

Há um consenso na historiografia sobre as Ordens Militares – por sinal, um tanto rarefeita<sup>35</sup> – de que pelo menos duas Ordens sacro-militares se firmaram e

---

função do companheirismo de combate; noções de homenagem, de dependência pessoal, doravante no primeiro plano e que se substituem a todas formas anteriores de ligação política”(1989: 50).

<sup>34</sup> - É o caso, para mencionar apenas a visão brasileira, por exemplo de Sodré (1965). Seguindo um pouco esta linha está a visão de “Elite Orgânica” para os militares elaborada por Dreifuss (1987). Associando militares às “classes médias”, teríamos uma série de outras abordagens, como por exemplo a de Stepan (1975) e Schulz (1994). É verdade que, numa outra linha de análise, se reconhece que a burocratização dos exércitos leva-os a uma crescente autonomia em relação aos cortes sociais mais amplos (Huntington, 1957; Coelho, E.C., 1976; Rouquié, 1980; Oliveira, E.R., 1994; entre outros). No entanto, embora estas e outras análises frisem os fatores de mudança da organização corporativa em função de mudanças sociais mais amplas, não explicam o porquê da permanência de uma clivagem que impede a mobilidade interna à hierarquia. Neste caso, a formação histórica especificamente militar parece ser mais pertinente para explicar porque esta clivagem se dá deste modo – entre oficiais e praças como “castas”.

<sup>35</sup> - As duas obras de referência mais conhecidas que encontramos no Brasil são Lago (1937) e Poliano (1943).



estenderam seu modelo organizacional para outras ordens que surgiam a partir ou ao lado delas: a Ordem de São Bento de Aviz e a Ordem dos Templários<sup>36</sup>, esta última transformada em 1319 na Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo<sup>37</sup>, talvez a mais importante de todas. Foi a partir da conformação organizacional dessas Ordens que se começou a organizar em termos de graus precisos o comando das armas, ao menos separando as instâncias de comando e obediência. Neste espírito, as primeiras nações que então se formavam, ainda sob o signo da fé e da guerra ao infiel – como Portugal, um reino que vivia à sombra dos estatutos das ordens: “acha-te sempre em guerra, para que o diabo te ache sempre ocupado”, era o lema – passaram a organizar sua administração em grande parte sob o manto da Igreja e suas ordens, o que era estendido inclusive “para as terras que se viessem por descobrir”<sup>38</sup>.

No transcorrer de alguns séculos esta fórmula não só se mantém como também se espalha ao redor do continente europeu, a ponto da nobreza de vários países possuir um código comum, onde os títulos nobiliárquicos

---

<sup>36</sup> - Outorgada em 1118, pelo Papa Alexandre III. Deve-se ressaltar que especialmente Portugal possuía várias outras Ordens, e que estas surgiam, se fundiam e desapareciam muitas vezes em função dos resultados dos combates constantes que se realizavam na Península Ibérica. Frise-se que não é nossa intenção aqui tentar reconstruir esta história, mas apenas dar indícios de como a hierarquia das armas surge nesta época.

<sup>37</sup> - Conforme *Revue Belgique de Numismatique*, Bruxelas, 1919, *apud*. Poliano (1943: 45).

<sup>38</sup> - Súmula redigida por Eugênio IV, em 1460.

tinham equivalência, possibilitando um enorme intercâmbio, tanto nos casamentos<sup>39</sup> quanto na fusão de armas para guerra, talvez os dois grandes instrumentos de aliança nesta sociedade<sup>40</sup>. De fato, as sociedades de corte, que tão bem descreve Elias (1987), tinham como um de seus esteios fundamentais esse intercâmbio, cuja base estava num código hierárquico comum. Deste modo, inclusive, as guerras podiam ser formalmente codificadas, de maneira quase que ritualizada, instituindo-se uma tipologia de combate com os exércitos engajados em convenções tacitamente reconhecidas pelas partes (Proença Jr. et Al., 1999: 61).

É justamente nesta moldura hierárquica que, segundo a visão de um historiador militar, a partir de meados do século XV, em França, começa a se consolidar um sistema de fazer a guerra onde as infantarias de soldados contratados, ao derrotar sistematicamente as cavalarias das nobrezas oponentes, começam a formular um sistema em que os nobres passam a se engajar enquanto “oficiais de regimento” na função de comandantes (Keegan, 1995: 30-31). É o que ainda mostra

---

<sup>39</sup> - Alguns indícios disto estão em Macfarlane (1978): os casamentos arranjados seriam uma típica resolução destas alianças baseadas em prescrições. Isto ficaria patente através dos casamentos entre primos de nobrezas “afins”, constituindo através deles laços políticos entre realezas (cf. Goody, J., 1983: 185-188).

<sup>40</sup> - O que, sem dúvida, nos faz pensar novamente nas colocações de Lévi-Strauss (1976), na guerra como troca mal sucedida, e de Clastres, para quem a guerra seria a fonte primária da aliança, englobando inclusive a aliança matrimonial (1980).

Keegan (1976), ao apontar como um marco nesse processo a batalha de Agincourt (1415), em que cavaleiros ingleses apoiados por arqueiros a pé desmontaram o grosso do contingente francês<sup>41</sup>.

Nesta fase, a introdução de uma infantaria a pé, constituída sobretudo por soldados pagos, parece ter se fundido a um padrão de guerra anterior, suplantando aquele das batalhas medievais típicas das cruzadas, com um número reduzido de cavaleiros montados escolhidos através de um sistema de laços de fidelidade (Smail, 1985). Deste modo, foi este mesmo arcabouço que ofereceu a moldura para que, já em fase bem posterior, com Napoleão, a universalização inclusiva do povo francês na infantaria representasse o ápice moderno desta solução<sup>42</sup>. Tudo havia mudado, para melhor manter-se.

---

<sup>41</sup> - Ainda que, ao que parece, foi a introdução de piques (ou piquetes) de lanceiros feita por camponeses suíços, especialmente na batalha de Granson (1476), que mostrou definitivamente a superioridade de um exército composto de infantaria. Note-se, inclusive, que este fato foi decisivo para a moldura social suíça: “Os suíços adquiriram uma reputação de piqueiros destemidos e graças a isso ganharam no século XV um alto grau de independência de seus suseranos Habsburgo e uma fama de tenacidade que lhes garantiu a sobrevivência como os principais mercenários da Europa nos trezentos anos seguintes” (Keegan, 1995: 339).

<sup>42</sup> - Vários estudos reconhecem o amplo papel da revolução francesa no processo de transformação dos exércitos aristocráticos em burocracias modernas. No entanto, vemos em alguns outros exemplos – Inglaterra, Prússia e até Brasil – como este processo se instituiu de maneira gradual, sem rupturas ou revoluções. Para uma análise geral deste processo, ver Huntington (1957); no Brasil, ver Costa, W.P. (1995) e Schulz (1994).

Vale a pena inclusive nos determos um pouco em como processo semelhante ocorre inclusive em formações coloniais, das quais temos o nosso próprio exemplo, a fim de mostrar como, mesmo com todas variáveis históricas, temos a operação de uma estrutura de permanência. Na organização militar colonial brasileira dos séculos XVI e XVII<sup>43</sup>, os poucos nobres portugueses que aqui compunham a tropa regular do exército português, a chamada tropa de “primeira linha”, se alocavam no topo da cadeia de comando e ocupavam patentes de acordo com sua posição na hierarquia real<sup>44</sup>. No entanto, a sabida escassez destes membros provoca uma situação inusitada, em que a composição das tropas passa por uma cisão no corpo de combate, constituindo assim duas outras “linhas”, comandadas por “pessoas ‘principaes das terras’ e da ‘melhor nobreza e christandade’”(Leonzo, 1979: 2), mas em cujo grosso das fileiras está uma população plebéia.

É o caso das *milícias* (2a linha) e dos *serviços de ordenanças* (3a linha)<sup>45</sup> que, em parte baseados nos *tercios*

---

<sup>43</sup> - cuja disposição era elaborada pela legislação portuguesa, mas, como veremos, sofria as adaptações contingenciais daqui. Para um panorama geral da legislação, ver Salgado (1976).

<sup>44</sup> - cuja função deveria se limitar à condução de tropas portuguesas ou até mesmo mercenárias, de acordo com os padrões de combate europeus.

<sup>45</sup> - Segundo Salgado (1976), as *milícias* eram tropas auxiliares às de 1a linha, de caráter territorial e deslocáveis, sendo, inclusive, comandadas por oficiais desta, embora a população recrutada consistisse de homens livres e plebeus; enquanto as *ordenanças* se constituíam em tropas fixas e com função inclusive policial, mas previstas como força de reserva

espanhóis, acabavam por estabelecer terços<sup>46</sup> de infantaria comandados por um nobre (que viria a ser o capitão-mor, ou mestre-de-campo general) e subdivididos em companhias também sub-comandadas por capitães, mas que fundamentalmente preenchiam seus quadros a partir da convocação de todos os homens livres da terra, entre 18 e 60 anos (Puntoni, 1999: 190). Mais ainda, estes regimentos por vezes incorporavam populações indígenas e escravas, que, ao que se sabe, em dois casos excepcionais, acabaram inclusive por compor regimentos em sua totalidade, como é o caso dos regimentos do índio Camarão e do negro Henrique Dias. Tal situação não é diferente nos territórios africanos e asiáticos, sendo extensamente repetida sobretudo pelos exércitos coloniais franceses e ingleses até pelo menos o fim da 2ª Guerra<sup>47</sup>.

No fim das contas, parece que as principais experiências militares coloniais acabaram por estabelecer um hibridismo regimental, compondo uma força que engajava todos estes elementos numa mesma grande

---

auxiliar na defesa. Sua estrutura, como bem mostra Leonzo (1979), se assemelha ao que vemos nas *milícias*.

<sup>46</sup> - Estes terços eram compostos geralmente de dez divisões de 250 homens cada. Nas tropas de 1ª linha, passam a se constituir em regimentos, e não mais em terços, a partir de 1749, embora, segundo Salgado (1976: 97), haja indicações de que isto possa ter ocorrido já em 1707.

<sup>47</sup> - Note-se, inclusive, a experiência de antropólogos britânicos como H. Turney-High e E. Leach como oficiais de regimentos coloniais, atuando como comandantes de populações nativas.

cadeia<sup>48</sup> que reproduzia a fórmula de cisão entre comandantes-oficiais e subordinados-soldados. Mesmo em experiências militares em que este hibridismo organizacional gerou padrões muito diferentes daqueles em que as regras de combate eram obedecidas e tacitamente reconhecidas, com a forte institucionalização da guerrilha e de manobras evasivas até então desconhecidas<sup>49</sup>, gerando o que se considerou uma

---

<sup>48</sup> - Pela Carta Régia de 22 de março de 1766, “... mandeis alistar todos moradores das terras de vossa jurisdição que se achem em estado de poderem servir as tropas auxiliares, sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos ingênuos e libertos ... e nomeando para disciplinar cada um dos ditos terços, um sargento-mor escolhido entre os oficiais das tropas pagas...” (*Apud.* Salgado, 1976: 109).

<sup>49</sup> - Isto parece confirmar o que Nelson Werneck Sodré chama de uma novidade militar baseada na justaposição de dois tipos de exércitos (1965:27) – o europeu e o americano –, observável principalmente na formações de combate: “Confluem na luta, efetivamente, os elementos mais heterogêneos: os organizados e tradicionais, do lado holandês como do lado espanhol e português, o militar profissional; o mercenário; os improvisados e internos, quer os fundados na fraca tradição dos *Serviços de Ordenanças* [milícias constituídas pelas câmaras locais, cujo princípio básico de organização hierárquica se dava a partir da nomeação estabelecida a partir dos senhores locais], com os senhores de terra à frente de suas companhias, constituídas com os elementos de trabalho do latifúndio, quer os que brotam das contingências da própria luta, com as frações comandadas pelo índio Camarão ou pelo negro Henrique Dias. Dos processos de combate, o mesmo é lícito afirmar: surgem as formações esquemáticas, simétricas e maciças dos *terços* lusos e espanhóis e dos regimentos e batalhões holandeses, com a sua ordem inflexível e o combate submetido à regra, ao mesmo tempo que surgem, do lado dos rebeldes, as formações dispersas, os movimentos simulados, o aproveitamento do terreno e do revestimento para esconder efetivos e atitudes, os golpes fundados na malícia, as

“quebra das leis” que tocavam à “arte da guerra” (Puntoni, 1999: 193), o que se observou foi a conformação de uma nova situação, bombardeada de eventos extraordinários para os padrões europeus de engajamento militar, à moldura já bem conhecida.

Parece-nos, sobretudo para o ponto que estamos tentando desenvolver aqui, que estamos tratando de uma constante no tempo e no espaço: a organização da guerra molda-se na organização das Ordens Militares, na organização da cavalaria e, depois, repercute na separação entre cavalaria e infantaria como uma clivagem hierárquica, sendo suplantada pela fórmula da divisão entre cavaleiros e soldados, e finalmente se desdobra na organização posterior que separa oficiais e praças<sup>50</sup>. Neste ponto, começa a ficar claro que a segmentação hierárquica dentro dos exércitos não segue a mesma ordem histórica que a formação das burocracias em outros planos, sejam burocracias privadas, sejam estatais. Portanto, fica claro que, quando tratamos da “história da guerra”, por mais embebida que ela esteja na “história dos Estados” e por

---

improvisações que se ajustam à realidade./ Surge, em particular, a guerrilha, com a sua fisionomia específica e o seu cortejo de conseqüências” (Sodré, N.W., 1965: 41).

<sup>50</sup> - É necessário dizer que hoje, ao menos em todos exércitos que ouvimos falar, a infantaria se constitui na sua principal base. Num certo sentido, ela resolve o preceito estratégico de que a guerra terrestre no fim das contas é a que importa, e, mais ainda, que, na guerra terrestre, a última solução é a do combate “corpo-a-corpo”, quando se efetiva a batalha. Por isto, as divisões de um exército em sua maioria são divisões de infantaria, que subordinam as outras armas combinadas. Veremos melhor uma organização deste tipo no próximo item.

mais embebidos que os Estados estejam nas histórias das guerras, temos aqui algo ocorrendo em outro plano.

Ilustra isto, inclusive, a análise de movimentos históricos que minimizaram ou simplesmente aboliram a compatibilidade entre hierarquias sociais e militares – seja a Revolução Francesa, com a empresa napoleônica que a segue, seja a “democracia na América”, seja mesmo a República Brasileira ou a Revolução Russa –, embora em cada um desses casos a ordem jurídica tenha se alterado, abolindo as hierarquias prescritivas no plano mais amplo da sociedade, anunciando o advento do individualismo – e sua ideologia igualitária correspondente (Dumont, 1992b) – e instituindo no Estado e nas outras instâncias da vida social e da ordem privada mecanismos universais de mobilidade compatíveis com a ordem individualista, somente não se fez o mesmo de maneira plena nos exércitos<sup>51</sup>.

Neste ponto, vale ressaltar, a conscrição universal, a idéia de “cidadãos-em-armas” posta em prática por Napoleão, que inaugura a noção moderna de exército

---

<sup>51</sup> - Mesmo Napoleão, sob o fervor de uma conjuntura revolucionária que arrasou com a aristocracia, e tido pela história militar como aquele que inaugura um novo tipo de exército, com uma série de conseqüências estratégicas e bélicas, alocou lado a lado (ou melhor, à frente e atrás) corpos de soldados profissionais de várias nacionalidades que seguiam as prescrições dos exércitos aristocráticos de então – em número reduzido, há que se dizer, mas essenciais justamente na realização do *comando estratégico* – e uma massa de cidadãos-em-armas. Também é conhecido o caso da revolução russa, quando Trotski precisou contar nas fileiras do exército vermelho com uma série de oficiais do antigo exército czarista.



– embora já existente aqui desde o século XVI, com as Ordenanças coloniais dos países ibéricos, não obteve as escalas napoleônicas –, vai alocar a população justamente num segmento específico, os praças. O acesso ao oficialato, embora não mais remeta à posição social exterior, exige o ingresso na carreira, a entrada na corporação, dando àqueles que chegam a esses postos um sentido de pertencimento que os praças – numa situação ambígua entre o dever político e militar – não têm. É o que acontece hoje em exércitos como o nosso, por exemplo, que ainda adotam a conscrição obrigatória<sup>52</sup>. De outro lado, mesmo naqueles exércitos que somente têm voluntários e todo o seu corpo é de *carreira*, vemos que o acesso ao comando de unidades combatentes é restrito aos oficiais, e a entrada no oficialato exige procedimentos que excluem os praças.

O que se vê, como desdobramento da antiga segmentação infantaria/cavalaria, na composição do moderno exército, seja o *EB*, seja qualquer outro, é uma profunda distinção entre praças e oficiais, que, segundo a ideologia interna da corporação, representa também uma distinção entre comando e obediência, quando colocado o corte horizontal das repartições orgânicas (leia-se: no limite do pelotão). O que fica claro com isto é que esta história da formação militar segue uma dinâmica própria:

---

<sup>52</sup> - Nem todos os países a adotam. É o caso, por exemplo, dos EUA, que tentaram reavê-la durante a Guerra do Vietnã, o que acabou se provando um fracasso militar. Já outros lugares, como a Suíça, seguindo a tradição da milícia oitocentista que os liberou dos habsburgos, mantém a circunscrição em patamares bem rígidos.

para atender à dinâmica da guerra os exércitos acabam por traduzir todas as vicissitudes do contexto de transformação histórica ou de mudança social de modo a acomodá-las à sua moldura organizacional.

Disto resulta que, mesmo diante de um movimento histórico tão vasto quanto a universalização dos mecanismos de mobilidade social<sup>53</sup> inerentes tanto às formações burocráticas estatais quanto às instâncias privadas de vida social (e este parece ser um dos pilares que Weber coloca para pensar a modernidade em *Economia e Sociedade*), a segmentação no interior da instituição militar

---

<sup>53</sup> - Sabemos das complicações de se falar em “mobilidade social” dentro da corporação. Esta geralmente é pensada em relação aos grandes dados sociológicos, como por exemplo “classes” ou “estratos” sociais. E, embora a noção de mobilidade social seja extensa e tenha diversas interpretações, há um consenso das várias sociologias que trataram do tema – seja na tradição clássica alemã, com Weber e Simmel, seja na tradição italiana, com Pareto e Mosca, seja na tradição americana, com Parsons e Merton – que ela é resultante de uma marca de ações individuais (Boudon, 1991: 29). Neste sentido, é possível a formulação de que ela se aplica em grande medida a padrões de ascensão social limitados às carreiras e dentro de círculos profissionais (Lipset & Bendix, 1963). Há, assim, uma discussão crucial da sociologia que pensa se de fato burocracias fechadas – como o *EB* –, em que a autonomia profissional é limitada, entrariam no rol de casos onde a mobilidade da carreira seria fruto de ações individuais, o que levaria à impossibilidade de aplicação da noção de mobilidade no nosso caso. Mas, também é fato, nenhuma destas análises se preocupou em ver, na filigrana, como se processam as carreiras dentro do exército, que, como veremos, não anula seu caráter individualista. Por isto optamos por utilizar tal termo, ainda que sabendo das possíveis restrições. Para um bom resumo das teorias de mobilidade social, ver Scalon (1999, caps. 1 e 2).

continua a manter no seu bojo a impossibilidade de praças tornarem-se oficiais e vice-versa. Ou seja, neste plano segmentar da organização militar as formas do “contexto” histórico e social em que ela se impõe, seja aqui, na China, nos Estados Unidos, na Rússia, nas nações europeias ou nos exércitos africanos, simplesmente não são levadas em conta. Enquanto a sociedade global tende no plano formal à abolição de qualquer prescrição hierárquica – ainda que uma série de mecanismos inibidores e resistências informais impeçam a ascensão de grupos ou indivíduos, enquanto membros de determinadas classes, por exemplo, ou mesmo evitem a decadência de outros, por razões análogas –, no Exército isto é uma pré-condição de sua composição.

Assim, de um lado, vemos um individualismo próprio da sociedade envolvente, cujo epicentro irradiador é o próprio Estado, suposto dispositivo que assegura os termos do “contrato social” tal qual a sociedade moderna o concebe; e, de outro lado, vemos uma corporação hierárquica que, embora esteja no cerne do próprio Estado, possui uma armação institucional e mesmo sociológica que obedece a princípios estamentais, ainda que de maneira parcial. Mas, é claro, esta não é a única dimensão da hierarquia. Certamente, como veremos adiante, há mecanismos de mobilidade que gradualmente foram se incorporando a esta moldura hierárquica, o que mostra, ao menos neste caso, que não há um impasse sociológico entre princípios hierárquicos e individualistas. De todo modo, este “problema” do individualismo é meramente ilustrativo. O ponto que queremos tocar aqui é

que a temporalidade dos exércitos é a temporalidade da guerra, e esta não é exatamente a mesma temporalidade da política. Por isto, talvez, as armações de tipo estamental, que prescrevem uma referência das partes ao conjunto e restrição à autonomia, permaneçam como uma característica intocada no interior dos exércitos.

Ora, o que isto coloca é mais do que a idéia de que os exércitos podem ter uma “história própria”. Significa, sobretudo, que eles operam em um código diferenciado do restante do Estado, e, talvez justamente por isto, eles possam ter uma “história própria”. Mas isto é apenas uma parte do problema. Porque este código ainda se fraciona dentro de si próprio, e em outras dimensões opera caracteres, digamos, mais “individualistas”. Esta primeira clivagem, a mais abrangente, vem apenas demonstrar que estamos lidando com uma estrutura bastante complexa. E demonstra, sobretudo, que, embora seja uma espécie de estrutura “fechada” em si mesma em alguns de seus termos, ela deve ser “aberta” em outros. A guerra é capaz de transformá-la, bem como a própria “sociedade envolvente”, assim como ela pode transformar a guerra e a própria sociedade.

No, entanto, não há razões para privilegiar a “abertura” em detrimento da “estrutura”: nosso apelo vai no sentido de se fixar os olhos no fato de que a estrutura carrega consigo as “aberturas” necessárias para mudar, mantendo-se. Tal é o sentido das coisas quando começamos a observar a hierarquia militar mais na filigrana, observando como estas clivagens geram outras

clivagens no seu próprio interior. Passemos, então, a ver as próximas segmentações.

## **5. As formas elementares de organização militar: as patentes**

A face mais evidente e mais conhecida da hierarquia militar é a sua segmentação em patentes diferenciadas. Praticamente a mesma em todos os exércitos, ela segue pequenas variações. Tal sistema de patentes vem daquelas antigas divisões entre “oficiais”, e tendeu a se generalizar em um sem-número de conflitos militares ao longo dos séculos XIX e XX. O fato é que, hoje, não encontramos nenhum exército regular no mundo que não disponha deste sistema, o que sugere que sua racionalidade é inerente a uma lógica de contaminação dada por uma racionalidade da guerra.

Tudo indica que esta é uma espécie de “versão otimizada” para a racionalidade da guerra tal qual ela se encontra hoje (e já há algum tempo), subsistindo inclusive a grandes transformações tecnológicas como a invenção da aviação e das armas nucleares. Deste modo, cremos, sua universalidade e sua duração são indícios de sua importância. Vejamos, pois, alguns exemplos, que ilustram pelo menos exércitos de matrizes diferentes, européias e coloniais, que foram amplamente incorporadas pelos outros exércitos:

- Mini-Manual da Hierarquia Militar -

Exército Saudita	Exército Colombiano	Exército Chinês	Exército Belga	Exército Sul-Africano	Exército Britânico	Exército Australiano	Exército Norte-Americano	Exército Espanhol	Exército Português	Exército Brasileiro
					Field-Marshal		General of the Army			Marechal
Fariq Awwal	General	Yi Ji Shang Jiang		General	General	General	General	Teniente-General	General	General de Exército
Fariq		Shang Jiang	Lieutenant-général	Lieutenant-General	Lieutenant-General	Lieutenant-General	Lieutenant	General de División	Tenente General	General de Divisão
Liwa	Mayor General	Zhong Jiang	Général-major	Major-General	Major-General	Major-General	Major General		Major General	
Amid	Brigadier General	Shao Jiang	Général de brigade	Brigadier-General	Brigadier	Brigadier	Brigadier General	General de Brigada		General de Brigada
Aquid	Colonel	Da Xiao	Colonel	Colonel	Colonel	Colonel	Colonel	Coronel	Coronel	Coronel
Muqaddam	Teniente-Colonel	Shang Xiao	Lieutenant-colonel	Lieutenant-Colonel	Lieutenant-Colonel	Lieutenant-Colonel	Lieutenant Colonel	Teniente Coronel	Tenente Coronel	Tenente Coronel
Raid	Mayor	Zhong Xiao	Major	Major	Major	Major	Major	Comandante	Major	Major
			Capitaine-commandant							
Naquib	Capitán	Shao Xiao	Capitaine	Captain	Captain	Captain	Captain	Capitán	Capitão	Capitão
Mulazim Awwal	Teniente	Shang Wei	Lieutenant	Lieutenant	Lieutenant	Lieutenant	1st Lieutenant	Teniente	Tenente	1º tenente
Mulazim		Zhong Wei		Second-Lieutenant	2nd Lieutenant	2nd Lieutenant	2nd Lieutenant	Alféres	Alféres	2º tenente
	Subteniente	Shao Wei	Sous-lieutenant	Warrant Officer Class 1	-	Regimental Chief Warrant Officer	Chief Warrant Officer	Suboficial Mayor		Subteniente
			Adjutant-major	Warrant Officer Class 2	Warrant Officer 1st Class	Warrant Officer 1st Class	Warrant Officer	Subteniente		
			Adjutant-chef		Warrant Officer 2nd Class	Warrant Officer 2nd Class	-			
Rais Ruquba	Sargentos Mayores		Adjutant	Staff Sergeant	Staff Sergeant	Staff Sergeant	Sergeant Major	Sergento Primero	Sergento-mor	1º sargento
Rais Awwal	Sergento Primero	Shang Shi	1er Sergeant Major	Sergeant	Sergeant	Sergeant	Master Sergeant	Sergento	Sergento-Chefe	2º sargento
Raquib	Sergento Viceprimero	Zhong Shi	1er Sergeant-Chef		-		Sergeant 1st Class		Sergento-ajudante	3º sargento
Wakil Raquib	Sergento Segundo	Xiao Shi	1er Sergeant		-		Staff Sergeant		1º Sargento	
			Sergent		-		Sergeant		2º Sargento	
Jundi Awwal	Cabo Primero	Shang Deng Bing	1er Caporal-Chef	Corporal	Corporal	Corporal	Corporal	Cabo Mayor	Cabo	Cabo
	Cabo Segundo		Caporal-chef	Lance Corporal	Lance Corporal	Lance Corporal		Cabo		
			Caporal							
			1er Soldat				Private 1st Class	Soldado de 1º		Soldado de 1ª classe
Jundi	Soldado	Lie Bing	Soldat	Private	Private	Private	Private	Soldado	Soldado	Soldado-Recruta

Patentes comparadas

Como podemos ver, os códigos e simbologias são praticamente os mesmos, apenas desdobrando-se alguma patente em um caso, comprimindo-se outras em outro. Mas, fundamentalmente, trata-se das mesmas patentes; e, o que é mais importante, as atribuições relacionadas a estas patentes também são praticamente as mesmas, pelo menos nas funções que a elas estão atribuídas na condução das unidades básicas de combate e administração.

A importância, bem como a função destas patentes se dá em duas direções convergentes: em primeiro lugar, elas formam o âmbito de incidência da cadeia disciplinar, como resultante da divisão orgânica de tarefas da corporação; em segundo lugar, ela significa a situação na carreira para cada militar, no sentido que sua patente confere às atribuições e deveres de cada um. A convergência é o resultado do fato de que as atribuições e deveres de cada um coincidem com sua situação na cadeia disciplinar. Na disposição para o combate, esta organização, de um lado, configura a totalidade e, de outro, configura o lugar do indivíduo na cadeia de comando, formatando-se de acordo com este princípio de patentes. Ainda mais, elas também acabam por se constituir em referência, por um lado, nos cortes<sup>54</sup> que

---

<sup>54</sup> - Leirner (1997) mostra que, no *EB*, estes cortes se dão sobretudo nos grandes “filtros” que são as escolas militares. No caso do *EB*, o primeiro, a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), divide oficiais e praças, como vimos; o segundo, EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), é uma pré-condição para que se chegue ao maior deles, a ECEME (Escola de Comando e



se fazem na totalidade, de modo a se constituir numa “pirâmide”, com a base mais grossa e o vértice menos volumoso, e, por outro, nas possibilidades de ascensão do indivíduo. Como resultado, vemos que há uma coincidência entre a disposição para a guerra, refletida na organização da corporação, e o âmbito de possibilidades para o indivíduo.

Tais possibilidades não são somente dadas no rol de disposições estatutárias que regem a carreira de um militar. Através das patentes se estabelecem os chamados “círculos hierárquicos”, que dispõem as possibilidades de convivência mútua entre pares<sup>55</sup>. Eles estabelecem, sobretudo, uma demarcação no círculo de contatos e redes de relações, que necessariamente devem estar tensionados quando extrapolam as patentes, “para cima” ou “para baixo”. Deste modo, por exemplo, a convivência no “sentar-se à mesa” é limitada à patente que se ocupa. Toda uma série de procedimentos, que usualmente poderíamos até conceber como simples regras de

---

Estado-Maior do Exército), que possibilita a um major seguir a carreira comandando uma unidade de exército. Sem passar por esta escola, é impossível se chegar ao posto de general. Vale adiantar que estas academias militares são instituições generalizadas, e não encontramos nenhum caso de exército que dispense estes mecanismos na carreira militar.

<sup>55</sup> - Tais círculos serão melhor descritos adiante, porque são fundamentalmente regras que tornam a estrutura hierárquica palpável na vida cotidiana de um exército.

etiqueta, na verdade é estabelecida em função do escalonamento da vida militar em patentes, que encontra um correspondente “do ponto de vista da corporação” em um escalonamento da organização em funções, atribuições, unidades, departamentos, etc. diferenciados, como resultado de um certo princípio de organização para a guerra.

Isto fica mais claro na medida em que vemos esta organização-para-a-guerra pressupor, na sua organicidade, que a cadeia é fracionada em subdivisões, fazendo com que haja menos gerais e mais soldados, ao mesmo tempo que, quanto mais se sobe, mais difícil é subir. Assim, o acúmulo disciplinar no âmbito da organicidade funcional acaba por se traduzir numa correspondência entre as patentes e as unidades combatentes<sup>56</sup>. Do mesmo modo, assim como um general pode ter a visão do todo porque acumulou de fato e concretamente todas as outras patentes antes de chegar a esta (ou seja, não é somente uma ordem quantitativa, mas sobretudo qualitativa, como se um general acumulasse várias “pessoas”), uma unidade militar, comandada por um oficial de determinada patente, engloba as unidades subordinadas. Deste modo, projetando as atribuições e a organização orgânica no plano das patentes temos

---

<sup>56</sup> - Que, no âmbito de suas atribuições, são chamadas pelos nativos de *Organizações Militares*. Doravante chamaremos de *OMs*.

a seguinte composição (na parte inferior, a representação iconográfica das *OMs*):

Corpo de Exército: comandado por um general-de-exército, é a soma de todas as forças militares em uma região. Engloba divisões de exército.



Divisão de Exército:

Comandada por um general-de-divisão, possui uma organização básica capaz de enquadrar de 2 a 5 brigadas de tipos variados



Brigada:

Comandada por um general-de-brigada, pode atuar independentemente ou enquadrada em uma divisão. Possui elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico. Engloba batalhões.



Batalhão (unidade):

Comandado por um coronel ou tenente-coronel. É auto-suficiente tática e administrativamente. Na Cavalaria é chamado de regimento, na Artilharia, grupo. De 3 a 5 unidades de combate formam uma brigada. Engloba Companhias.



Companhia:

Comandada por um major ou capitão, possui um efetivo que varia de 100 a 200 homens. Na Cavalaria é chamado de esquadrão, e na Artilharia de bateria. É o elemento básico de manobra do batalhão, regimento ou grupo. Três ou mais subunidades formam uma unidade. Engloba pelotões.



Pelotão:

Comandado por um 1º ou 2º tenente, seu tamanho é variável, com 30 a 40 homens. Na Artilharia é chamado de seção. Três pelotões formam uma companhia.

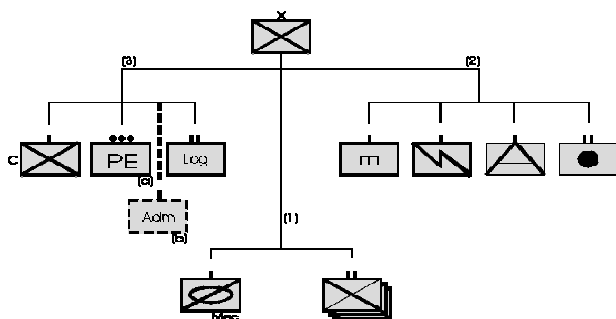
PS: haveria a possibilidade de enquadrar um grupo de combate, comandado por um sargento, mas este não possui um reconhecimento tático e prescrito como unidade militar, sendo usado mais em treinamentos.

Unidades militares

Esta organização é universal, sendo esta simbologia que a acompanha, internacional. O que vemos acima é o tamanho das unidades de exército, e sua abrangência vai determinar, inclusive, as possibilidades de combinação para a guerra. Esta combinação diz respeito ao emprego estratégico e tático que se faz das unidades de exército, visando o enfrentamento do inimigo, e considerando variáveis como terreno, clima, força inimiga, etc. É neste ponto que um exército pode realizar a sua versão desta estrutura, na medida em que leva em consideração que o inimigo emprega as mesmas variáveis: a compatibilidade que as estruturas organizacionais dos exércitos têm não deixa muitas dúvidas sobre isto, pois, se todos têm as mesmas patentes, também têm o mesmo tipo de constituição das suas unidades. É deste modo que as patentes, que na verdade formam esta espécie de gramática universal, são a chave para se constituir o âmbito de emprego das forças, que, nas variantes locais, vão combinar diferentemente seus meios. Por exemplo, como podemos constituir um batalhão? Como podemos combinar nossas Armas – cavalaria, blindados, artilharia mecanizada, infantaria paraquedista, comando de assalto – numa unidade visando neutralizar o inimigo? O *EB*, por exemplo, constitui suas brigadas de infantaria tipicamente assim<sup>57</sup>:

---

<sup>57</sup> - A representação nativa, em forma de um organograma que



Exemplo de combinação entre unidades funcionais (Fonte: <http://www.exercito.gov.br>).

Legenda: (1) Elementos de combate; (2) Elementos de apoio ao combate; (3) Elementos de comando e logística; (a) Adido à Companhia de Comando; (b) Ativada em caso de operações. (Da esquerda para a direita, de cima para baixo): I. Brigada de Infantaria; II. Companhia de Comando da Brigada; III. Pelotão de Polícia do Exército; IV. Batalhão Logístico; V. Companhia de Engenharia de Combate; VI. Companhia de Comunicações; VII. Bateria de Artilharia Antiaérea; VIII. Grupo de Artilharia de Campanha; IX. Companhia de Administração; X. Esquadrão de Cavalaria Mecanizado; XI. Batalhões de Infantaria.

---

lembra um gráfico de parentesco é uma possibilidade iconográfica variável do gráfico anterior, onde apresentamos os englobamentos. Note-se apenas que as unidades menores apresentam-se subordinadas às maiores, mas, como veremos adiante, elas próprias subordinam-se umas às outras (o que, de certa forma, limita um gráfico deste gênero, mas outro tipo bidimensional seria muito difícil). Tenhamos em mente, portanto, que a hierarquia é uma dimensão total nesta organização, e que, à moda das linhagens africanas que vemos na antropologia política, a parte “ancestral” vai englobando as menores.

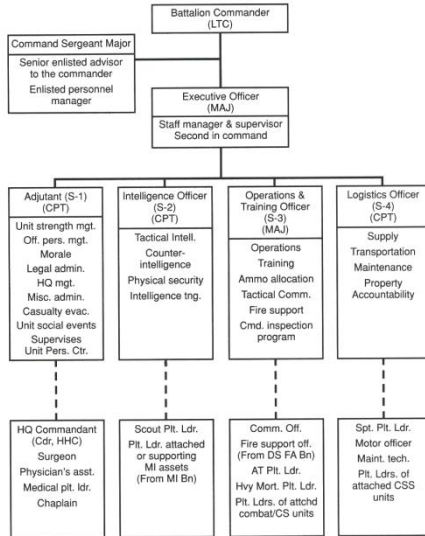
Se quisermos traduzir tal disposição, veremos um general de brigada à frente do comando, os elementos logísticos (que fazem a ligação entre o comando e as partes combatentes) diretamente ligados a ele, e subordinados em escalas menores, como os batalhões de infantaria e cavalaria mecanizada, comandados por coronéis. O que se tem, numa situação como esta e como qualquer outra em um exército, é a idéia de que todos estes elementos estão organicamente “soldados” e devidamente hierarquizados: afinal, não há possibilidade de duas unidades ocuparem o mesmo lugar. O arranjo desta hierarquia, em última instância, vai ser dado pelo contexto e pelas possibilidades que cada exército julgar mais adequadas para seu emprego. Por exemplo, se o cenário que o *EB* vê como mais provável para seu emprego for o de um teatro de operações na selva, então provavelmente a brigada dará a precedência a uma infantaria de selva, com a articulação de unidades de comando de assalto e unidades de comunicação, artilharia antiaérea, entre outros, mais que, digamos, a uma unidade de blindados. Deste modo, em última instância, o arranjo de patentes está impregnando esta cadeia de comando do começo ao fim.

Isto fica mais evidente ainda ao se ver que as unidades são divididas em funções orgânicas em todas as suas instâncias, da divisão ao pelotão. E, no limite, ao constataremos que o pelotão é

predominantemente um elemento de execução, veremos que, já no âmbito da companhia, temos uma espécie de reprodução em escala menor do que acontece em unidades maiores, ou seja, o modelo orgânico se perpetua em toda a incidência da cadeia de comando. Em exércitos como o brasileiro e o norte-americano, isto se faz com a divisão de atribuições no interior das unidades ou *OMs*. Por exemplo, aqui as unidades possuem comandante, subcomandante, um secretário-ajudante (geralmente um sargento) e oficiais que se encarregam das seguintes tarefas: S1, responsável pela administração do pessoal e controle da rotina; S2, responsável pelas atividades de informação e contra-informação; S3, responsável pela instrução e organização das operações; S4, coordenação da administração e logística; há ainda um oficial de comunicação social, subordinado ao subcomandante, e que se encarrega da imagem e comunicação com o mundo *paisano*. Todos estes oficiais trabalham nas respectivas seções (1, 2, 3 e 4), e a elas há ainda a agregar uma série de oficiais subordinados, como por exemplo um oficial de comunicações e um de guerra química subordinados ao S3, um oficial de manutenção subordinado ao S4, e assim por diante. Tal esquema é idêntico no exército norte-americano, como podemos ver por este organograma de um típico batalhão de lá:<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> - Não conseguimos descobrir se outros exércitos usam o



**Generic Infantry Battalion Staff Organization**

Organização administrativa de uma unidade  
(Fonte: *Army Officers Guide* (Bonn, 1999)).

O que se põe diante deste quadro, ao cruzarmos as informações contidas na estrutura organizacional divididas pelas patentes com as

---

mesmo esquema, mas nada leva a crer que isto é fruto de uma convenção entre o *Eb* e o Exército dos EUA. Provavelmente estas divisões também são generalizadas.



informações tomadas pelas divisões orgânicas no interior de um exército, é que, no fundo, a toda esta operacionalização da organicidade de um exército se relaciona a cadeia pré-estabelecida pela hierarquia em patentes. Pois estes lugares “horizontais” que vemos nos organogramas, na verdade são lugares também “verticais” relacionados às instâncias de comando dadas pela organização hierárquica. Por tal disposição se vê que a função de comando está determinada pela patente. E, mais, se vê que este sistema se faz numa sucessão de ordens de englobamento, de modo que uma companhia, por exemplo, engloba pelotões e grupos de combate, um batalhão engloba companhias, e assim por diante. E, deste mesmo modo, a infantaria pode englobar a cavalaria, o S3 o S2, e ainda estas instâncias no nível da brigada podem englobar elas próprias a nível do batalhão, e outras da companhia, e assim por diante. O fato é que nenhum nível deixa de estar alocado em um plano hierárquico: esta é a referência por excelência.

Da mesma maneira, reiteramos, do ponto de vista do indivíduo, sua carreira engloba as diversas patentes, tendo um general englobado todas as anteriores<sup>59</sup>. Daí todos se colocarem enquanto

---

<sup>59</sup> Como já assinalava Castro (1990: 22), “a hierarquia militar – ou melhor, a hierarquia do corpo de oficiais – apresenta uma característica fundamental: ela fraciona um *grupo de pares*. Um capitão, um coronel ou um general já foram cadetes; pode se dizer que, de certa forma, eles são cadetes com alguns anos de

“soldados”, digamos, a unidade básica da hierarquia projetada no indivíduo, mesmo que ele jamais tenha passado por este estado. Cabe reproduzir aqui, inclusive, a definição de “soldado” dada no Regulamento Interno do EB: “Art. 96 – O Soldado é o elemento essencial de execução; a ele, *como a todos os militares*, cabe, fundamentalmente, o dever de pautar sua conduta pela mais escrupulosa observância das ordens dos seus superiores e disposições regulamentares, de modo a mostrar-se digno da farda que veste, revelando como atributos fundamentais de sua nobre missão, o respeito e a obediência a seus chefes, a fraternal camaradagem para com os companheiros, o adestramento na utilização do armamento que lhe competir, o cuidado com o material que lhe seja entregue, o asseio corporal e dos uniformes, a dedicação pelo serviço, o amor à Unidade e a consciente submissão às regras disciplinares” (Min. Ex., RISG, 1984: 59; grifos nossos). Compare-se, por exemplo, com a definição das atribuições de um Cabo, para nos mantermos próximos na hierarquia: “Art. 95 – Ao Cabo incumbe: 1) auxiliar na instrução de elementos de tropa que lhes competir ou lhes for confiado...” (Min. Ex., RISG, 1984: 59). Todas outras incumbências, incluindo as dos oficiais, seguem este estilo, digamos, mais

---

experiência e de idade a mais. Todos são *oficiais* e comungam o mesmo *espírito militar*” (grifos do autor).

“técnico”. Esta definição de “soldado” parece conter uma “essência” que vale para o militar de qualquer patente. Basta ver, em outros regulamentos, que as atribuições de um soldado se estendem a todos.

Deste modo, a patente é a unidade básica pela qual se escreve a gramática de um exército (algo semelhante a um conjunto de mitemas para um mito, ou aos fonemas, morfemas e semantemas para a língua). Sabendo-se que sua hierarquia é organizada em termos das patentes, é possível também saber, por consequência, das disposições de fogo e poder de combate; somando-se isto à divisão em armas (infantaria, cavalaria, artilharia, etc.), é possível ainda deduzir como um exército projeta seus possíveis teatros de operação, e, neste sentido, entender sua configuração total enquanto “organismo”. Pois os corpos de exército vão ser combinações táticas de unidades militares das diferentes armas, os quais mostram a disponibilidade de arranjo de divisões, brigadas, companhias, etc., que, na verdade, correspondem à maneira como se alocam generais, coronéis, majores, etc. E, fundamentalmente, baseado nos teatros de operação possíveis, cada exército, de acordo com suas possibilidades neste campo semântico, vai preencher esta estrutura de um determinado modo. O Exército americano (sem contar Marinha e Força Aérea), por exemplo, conta com 18 divisões de exército e 5 brigadas independentes (alocadas em outros países), que

possuem vários batalhões (em sua maioria de infantaria) combinados com esquadrões de cavalaria, baterias de artilharia e esquadrões de engenharia, etc. (Rottmman & Volstad, 1998: 30-51).

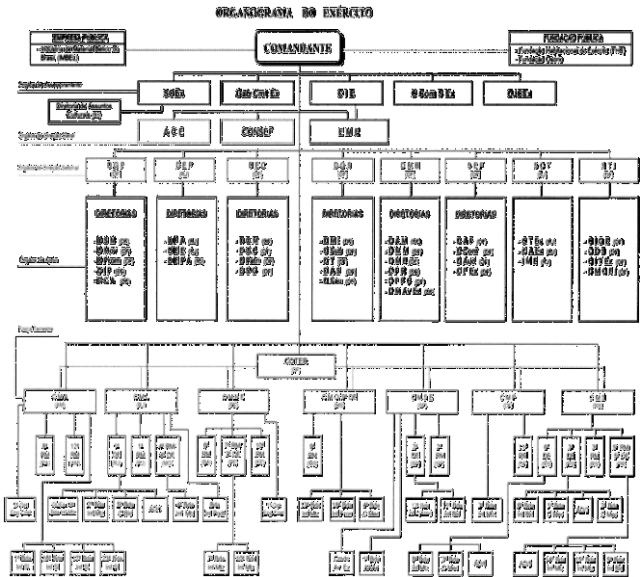
Se cruzarmos os dados desta subdivisão com a relação anterior que determina que as subunidades são correspondidas por patentes, fica claro que o princípio orgânico da divisão funcional acima na verdade retrata uma combinação entre a divisão em patentes e a especialização em armas. Mas, se tomarmos as linhas de comando acima expostas, veremos que as patentes têm precedência sobre as armas, no sentido de que a relação comando-obediência se sobrepõe à especialização no combate<sup>60</sup>, mesmo porque, no comando do teatro de operações, um general “perde” a arma. E, no combate, é possível se contar com a perda ou ganho de unidades especializadas, mas a perda da linha de comando significa o fim da organização. Deste modo, é possível até se ler a especialização através da hierarquia: sabendo-se como se organiza a cadeia de comando em função da alocação das patentes – e portanto da

---

<sup>60</sup> - Por isto que as armas também são hierarquicamente relacionadas, e não há conflito de comando. Deve-se ressaltar que isto varia conforme o teatro de operações. Em um teatro que exija uma brigada de infantaria, como a exemplificada acima (figura 2), a infantaria têm precedência hierárquica, e assim se estabelece a linha de comando.

unidades – sabe-se afinal como se dispõe o “organismo”.

Isto também vai ocorrer no topo da organização administrativa: esta é antes pensada como uma linha de comando tal qual a acima, mas cobrindo a extensão nacional. Deste modo, há um comando central, ocupado pelo comandante da força, e subdepartamentos que correspondem a divisões, brigadas, etc. Para se entender a importância estratégica destes, portanto, basta ver que patente está no comando, e como esta patente que está no comando se relaciona com o comando da unidade imediatamente superior a que ela está subordinada. Este é um organograma móvel, tal qual o dos corpos de exército, divisões, etc., que aceita as novas determinações conjunturais e vicissitudes levantadas pela doutrina na análise dos cenários de guerra. Atualmente, para se ter uma noção de sua extensão, a composição no *EB* é a seguinte (encabeça o comando o secretário do Exército e os quadros inferiores são as brigadas, que podem seguir um esquema semelhante àquele visto logo acima):



Organograma das grandes unidades do exército brasileiro (Fonte: <http://www.exercito.gov.br>)

O que se vê, neste organograma, são as divisões administrativas, como os órgãos de direção geral e sua unidade setoriais subordinadas, e, partindo do Ministério, os Comandos Militares, que se dividem em Regiões, estas em Unidades Militares, e estas, finalmente, nas unidades combatentes como batalhões, etc., também denominadas de Unidades de Tropa. Nesta linha divisória, que vai do comandante aos gabinetes, ao Estado-Maior, às secretarias, às

diretorias, ao comando de terra, às regiões militares, aos comandos setoriais e às brigadas, a aparente divisão induziria a pensar que o princípio burocrático da horizontalidade dos departamentos até se sobrepõe à organização da força combatente, como vista nas figuras anteriores (que esquematizam uma brigada e um batalhão), se não fosse a característica peculiar da hierarquia militar de se impor em todos os níveis da organização. Como o lugar de cada indivíduo não coincide na cadeia de comando, mas é hierarquizado de “um para um” (este será o assunto do próximo item), também estes quadros do organograma são submetidos ao princípio do englobamento hierárquico. Numa escala de comando e obediência, as secretarias, diretorias, comandos, regiões, etc., também vão ser pensadas em ordem de precedência, entre si e umas em relação às outras. Assim, militares de patentes diferentes são alocados em setores diferentes, bem como militares diferentes, mas de patentes iguais, são alocados em setores iguais, ou, às vezes, diferentes.

O certo, deste ponto de vista, seria conceber este organograma de forma circular e concêntrica, onde o comandante representaria o vértice, que conteria as propriedades “matemáticas” ou lógicas de todas as outras partes, e os departamentos

sucessivamente iriam englobando uns aos outros<sup>61</sup>. No entanto, como esta é uma situação móvel, pois depende do contexto, e deste modo, teria que acompanhar a flexibilidade do organismo (tal como em campo de batalha, onde as configurações de uma brigada podem mudar, o campo administrativo está sujeito às vicissitudes logísticas e dissuasórias em relação ao inimigo) bem como a dos seus ocupantes, aceita-se que uma radiografia instantânea de um exército, por um lado, apresente esta característica – uma burocracia como outra qualquer – e, por outro, que a hierarquia seja identificada através destes estratos rígidos que são as patentes.

Contudo, como as patentes são determinantes em relação aos departamentos (como o são em relação à organização das subdivisões do corpo de combate), este mesmo organograma pode ser lido em função delas. Através das patentes, “se as pessoas ocupam cargos, também os cargos existem em função das pessoas” – parafraseando Sahlins (1990)<sup>62</sup>. É por isto que elas acabam por formar uma espécie de “coluna do meio” entre a totalidade e o indivíduo, pois através delas se realizam os mecanismos empíricos de organização e mensuração

---

<sup>61</sup> - Infelizmente, como já colocamos anteriormente, seria muito complexo para representá-lo aqui. Deste modo, fica dada a sugestão para a imaginação do leitor...

<sup>62</sup> - “Se os amigos criam presentes, os presentes também criam os amigos” (: 12).



de uma Força, bem como de alocação dos indivíduos dentro dela.

É deste modo, em última análise, que os exércitos podem se olhar a partir desta gramática comum das patentes, e, por isto, o protocolo militar é tomado a partir das unidades respectivas. Pois, se a organização do poder de fogo se dá em função da montagem organizacional, de acordo com a conjuntura, cada organização militar aloca os recursos disponíveis em função desta estrutura. A idéia é justamente que esta estrutura é modelar: ela fornece a forma fixa para que as variáveis conjunturais se adaptem às diversas configurações que o corpo de combate deve ter, visando seus teatros de operações, condições logísticas e possibilidades administrativas. Os exércitos, diante de tantas variáveis - que, aliás, se condensadas em dois grandes blocos, os recursos disponíveis e os inimigos disponíveis - somente vão se organizar pelo fato de que todos dispõem, no fim das contas, desta estrutura comum. Neste sentido, estamos falando de um campo semântico especificamente militar, e cujos caracteres imprimem um tom de universalidade aos exércitos.

É verdade que estes exércitos funcionam como uma organização burocrática e especializada, mas o princípio totalizante da hierarquia em que ela se fundamenta difere radicalmente dos aparelhos burocráticos típicos do Ocidente, com seus departamentos especializados tendendo a uma tensão

entre a autonomização centrífuga – chegando à esfera individual – e o seu interesse covalente (Merton, 1966: 105-6; Bendix, 1996: 145). Isto porque, sobretudo, a solidariedade do sistema não se dá com uma compartimentalização departamental e sua complementaridade funcional, mas antes numa sucessão de cadeias hierárquicas, onde uma engloba a outra. Assim, os departamentos são contidos uns nos outros, até que, no plano geral, vemos a referência alçada ao plano da totalidade, sempre representada através de valores ideológicos como a disciplina (que será objeto do próximo capítulo). Portanto, embora diferente, a organização guarda um ar de familiaridade com um sistema de castas baseado em ideologias como a da “pureza”, onde vemos as castas contidas dentro do valor da totalidade (Dumont, 1992 e 1992b).

O interesse maior em ressaltar este tipo de comparação é obviamente reforçar a idéia de que estamos situando os exércitos em um tipo de racionalidade diferente daquela promulgada pelo Estado, com todas as conseqüências que vimos ser trabalhadas pela ciência política ao longo da primeira parte da tese. É verdade que a discussão “holismo/individualismo”, tal como colocada por Dumont, em parte repõe os termos “tradicional/moderno” típicos de uma sociologia weberiana, que julgamos serem insuficientes para entender a guerra do ponto de vista que estamos tentando tratar – como

uma relação social entre exércitos, e não como uma relação que se desdobra da sociogênese do Estado. Acrescente-se a isto o fato de que a própria dicotomia entre sistemas hierárquicos e individualistas é insuficiente para a compreensão da organização militar, que aponta para um sistema que é hierárquico e individualista ao mesmo tempo. No entanto, não há como negar que esta característica hierárquica do sistema militar destoa do *ethos* genérico da “sociedade envolvente”, e mais, destoa do epicentro irradiador da fórmula individualista que é o próprio Estado. Tal fato nos serve sobretudo para chamar a atenção sobre aquilo em que estamos insistindo desde o começo: a guerra não é uma continuação da política, ela não opera nem na sua temporalidade nem identicamente aos seus caracteres mais fundamentais, sejam eles o contrato – na sua fundamentação mais filosófica – sejam eles o consenso entre indivíduos que agem sob a sua racionalidade – na sua fundamentação mais sociológica.

Não custa ressaltar, com tudo isto, que se a hierarquia “à la sistema de castas” repõe a idéia de uma totalidade (concreta) que não seria 100% compatível para se aplicar no interior de um sistema tão cheio de aberturas como é o sistema militar, a hierarquia militar de que estamos tratando aqui é própria a mais de um sistema que opera logicamente como totalidade: a idéia de que se o outro exército se mexe, é necessário se mexer no nosso próprio, e

mexendo-se em algo do nosso próprio exército, se mexe nele como um todo. Por este princípio, também quando se mexe no próprio exército, é de se supor que isto afete o sistema da guerra como um todo. Por isto esta lógica da guerra não prescinde de uma base comum, que é a hierarquia, ao mesmo tempo estrutural e sistêmica enquanto princípio, e permeável à fluidez de seus “conteúdos”. É por isto também que, de certo modo, as patentes acabaram por adquirir uma grande fluidez. E o que garante esta fluidez é que, no interior da cadeia de comando, as pessoas podem se deslocar, e, neste sentido, a “parte” que concebemos como “indivíduo” também está presente. Ou seja, novamente retomamos a idéia de que este sistema opera como uma totalidade lógica, que estabelece que as ligações dadas no plano da inimizade entre exércitos se coloquem até o outro plano da extremidade, que é a organização dos indivíduos e a fabricação de pessoas no interior de um dado exército. Vejamos, então, como nesta outra extremidade, o indivíduo, a hierarquia militar opera.

## 6. “Castas” de um homem só

“Dois elementos fundamentais compõem a dinâmica da avaliação de desempenho: o homem e a organização. Partindo-se do pressuposto de que cada homem é diferente, fruto de características inatas e experiências vividas, pode-se dizer que a sua inserção na organização implica um ajustamento de interesse entre ambos. Alcançar o objetivo de avaliar corretamente o desempenho é propor o aperfeiçoamento constante dos instrumentos, submetê-los à pesquisa contínua e estar sempre atento aos fatores críticos do processo, como, por exemplo, a preparação dos avaliadores, a fim de minimizar os erros de avaliação. Um ponto básico a ser observado pelo avaliador é o de que a avaliação dele é resultado de sua percepção individual, que contém subjetividade e afetividade, podendo afetar a coerência e a eficácia, ou estar contaminada por idéias preconcebidas ou errôneas. Tal distorção pode resultar em vários erros de avaliação, diminuindo a confiabilidade do processo.” (Diretoria de Cadastro e Avaliação do Departamento Geral de Pessoal do *EB*, Nota 9595, de 15 Set. 1999)<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> - Trecho retirado de página oficial do *EB*, Departamento Geral de Pessoal: <http://www.dgp.eb.mil.br>. Encontramos diretrizes bastante semelhantes em outros exércitos, como o português, o

O trecho acima é uma diretriz exemplar da relação entre o indivíduo e a hierarquia militar no interior de um exército regular como o nosso. Vimos até agora uma série de dispositivos da hierarquia que, de algum modo, representam dimensões coletivas desta, seja a própria noção de totalidade implícita no conjunto, seja a segmentação entre praças e oficiais, sejam as patentes e os círculos. Todas estas dimensões de alguma maneira apresentam uma relação com o lugar do indivíduo na Força, mas sempre de uma maneira peculiar, a colocar mecanismos reguladores e restritivos da mobilidade social, seja a restrição ao militar de viver um outro papel, na qualidade membro de uma sociedade global, seja na restrição de praças se tornarem oficiais e vice-versa, seja na restrição da convivência entre patentes, imposta pelos limites colocados pelas patentes. De qualquer forma, mesmo dentro desta configuração restritiva, foi visto que o indivíduo sempre esteve conjugado de uma maneira consubstancializada à totalidade, sendo seu lugar social definido através de uma cadeia de sucessivos “englobamentos” hierárquicos, em que as unidades combatentes são contidas umas nas outras. O que a diretriz acima (nota 9595 *DCA*, Ministério do Exército) mostra, em última análise, é a realização destes planos, através de um princípio de mobilidade

---

australiano e o norte-americano (Bonn, 1999; US Department of Defense, 2000).

individual em função da segmentação hierárquica da Força. Esta mobilidade segue um esquema peculiar, do qual não encontramos descrição igual em quase nenhuma parte da literatura sociológica<sup>64</sup>. Vejamos.

Todo indivíduo que ingressa na carreira militar começa, a partir do seu primeiro dia, a ser classificado por um complexo *sistema de avaliação*, baseado, entre outras coisas, nos dados para os quais a diretriz acima chamava tamanha atenção. Esta avaliação, formalmente só vai terminar quando este militar for para a reserva, constituindo-se, portanto, num sistema que abrange toda a carreira de todos os militares. Pela *classificação* se define o que foi, o que é e o que vai ser cada indivíduo dentro da Força. A partir dela se definem as trajetórias pessoais, trajetórias que têm alguns mecanismos de definição, mas que, em sua essência, são realizadas coletivamente. Nenhum capitão diz “hoje vou ser coronel”; nenhum infante diz “amanhã quero ser artilheiro”. Todas as

---

<sup>64</sup> - Soubemos que o Itamaraty possui um sistema semelhante. Aliás, em muitas das suas características, tal órgão possui elementos bastante próximos aos militares, sobretudo no que concerne à importância da precedência hierárquica e do código disciplinar. Uma excelente descrição destes mecanismos está no trabalho de L. Tomass (2000). Não tivemos a informação, contudo, de como historicamente a carreira diplomática foi concebida, e se teve alguma influência de militares na sua composição.

possibilidades de mudança de papéis estão predominantemente prescritas.

É verdade que, em certos exércitos, vemos estas prescrições relaxarem. Exércitos recém-formados, bem como outros que assumem a direção do Estado, costumam apresentar maior variabilidade em termos de trajetórias pessoais. Exemplos como o Exército de Uganda, que na década de 70 tinha em seu quadro de generais o filho de nove anos de Idi-Amin-Dadá são bem ilustrativos disto. O próprio Exército brasileiro, logo após a proclamação da República, teve uma espécie de “surto” de promoções dos alferes-alunos que estavam ligados ao grupo golpista (Castro, 1995).

Esta é uma possibilidade sociológica que vemos ocorrer com certa frequência, embora a realidade empírica nos mostre que este tipo de configuração (que impõe uma mobilidade desmesurada para certos indivíduos) geralmente tem pouca permanência histórica: tais exércitos geralmente findam, seja na guerra, seja numa reestruturação. Seja como for, ainda assim os papéis estão prescritos: mesmo o filho de Idi-Amin-Dadá ocupava um cargo “existente”: não se criou um “posto exclusivo” para ele. Deste modo, embora as trajetórias individuais possam ser um item de maior variabilidade entre um e outro exército, vemos que, de alguma maneira, elas estão condicionadas pelos papéis prescritos, como por exemplo as patentes.



Como veremos no capítulo seguinte, de certo modo, esta incidência da organização sobre o indivíduo carrega a marca da disciplina. Dentro de um exército, o indivíduo está sujeito ao imbricamento de toda a marca organizatória que realiza a organicidade das fragmentações hierárquicas nesta “peça” substantiva. Ou seja, trata-se mais de uma “pessoa”, como gostamos de colocar na antropologia, de que um indivíduo livre para assumir o papel que ele próprio pode tentar elaborar. Isto porque, mal ou bem, a cadeia hierárquica impõe uma enorme restrição de possibilidades sociológicas a um militar. Na prática, o que acontece é que a rede hierárquica acaba classificando as possibilidades lógicas de cada pessoa, de acordo com as modalidades de relação que se estabelecem (como um todo: lembre-se que as pessoas estão sistematicamente relacionadas e, neste modelo de organização, mexer numa variável significa mexer em todas), e assim o militar individualmente acaba por ocupar este ou aquele papel no interior da organização. No caso da grande maioria dos exércitos do mundo, esta classificação prevê lugares singulares para cada um na cadeia hierárquica, como podemos ver a partir da idéia de *classificação na carreira* militar que encontramos em exércitos como o nosso, o norte-americano, os europeus e de suas ex-colônias.

A *classificação* é uma espécie de pontuação na carreira militar, em que, por assim dizer, se somam a ela notas e conceitos obtidos em cursos, medalhas,

elogios e condecorações, assim como se subtraem dela punições e repreensões<sup>65</sup>. Todos estes elementos são obtidos a partir de intrincadas redes de avaliação de pessoal que, no limite, se ligam por um sistema de avaliação comum a todos os membros do exército (em alguns, como no brasileiro, exceto generais<sup>66</sup>). Este sistema compreende uma série de conceitos pelos quais o militar soma uma quantidade de *mérito*, conceitos que são estabelecidos por uma rede que geralmente compreende desde o superior hierárquico da unidade ou subdivisão respectiva de cada um até uma comissão de avaliadores existente em âmbito ministerial ou equivalente. Aqui, como nos EUA, a avaliação é realizada especialmente através de uma ficha que acompanha a vida do militar e é preenchida com dados novos a cada ano (conforme fac-símiles das fichas norte-americana e brasileira):

---

<sup>65</sup> - Para se entender os mecanismos de julgamento do *mérito* no EB, ver Leirner, 1997, p. 87-93.

<sup>66</sup> - Aqui, generais são promovidos *por escolha* do Presidente da República. Porém, até onde foi constatado, tais promoções têm levado em conta os mesmos critérios de promoção dos postos abaixo. Também é possível haver dois outros tipos de promoção: “post-mortem”, e “por bravura”. Durante a pesquisa, no entanto, não ouvimos falar em nenhum caso destes. Em exércitos como o norte-americano a promoção é decidida também pelo senado. Em Portugal há as três possibilidades de promoção: mérito, antiguidade e escolha.

- Mini-Manual da Hierarquia Militar -

OFFICER EVALUATION REPORT										OFFICER'S GRADE	
FOR THE ARMY, AIR FORCE, MARINE CORPS, AND NAVY										OF THE UNITED STATES	
PART I: ADMINISTRATIVE DATA											
1. NAME (Last, First, Middle Initial)		2. GRADE		3. TITLE		4. DUTY STATION		5. SERVICE		6. REPORTING PERIOD	
7. UNIT (Last, First, Middle Initial)		8. GRADE		9. TITLE		10. DUTY STATION		11. SERVICE		12. REPORTING PERIOD	
PART II: PERFORMANCE EVALUATION											
1. SUPERVISOR (Name of officer who supervised the officer being evaluated)											
2. SUPERVISEE (Name of officer being evaluated)											
3. SUPERVISEE'S GRADE											
4. SUPERVISEE'S TITLE											
5. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
6. SUPERVISEE'S GRADE											
7. SUPERVISEE'S TITLE											
8. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
9. SUPERVISEE'S GRADE											
10. SUPERVISEE'S TITLE											
11. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
12. SUPERVISEE'S GRADE											
13. SUPERVISEE'S TITLE											
14. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
15. SUPERVISEE'S GRADE											
16. SUPERVISEE'S TITLE											
17. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
18. SUPERVISEE'S GRADE											
19. SUPERVISEE'S TITLE											
20. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
21. SUPERVISEE'S GRADE											
22. SUPERVISEE'S TITLE											
23. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
24. SUPERVISEE'S GRADE											
25. SUPERVISEE'S TITLE											
26. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
27. SUPERVISEE'S GRADE											
28. SUPERVISEE'S TITLE											
29. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
30. SUPERVISEE'S GRADE											
31. SUPERVISEE'S TITLE											
32. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
33. SUPERVISEE'S GRADE											
34. SUPERVISEE'S TITLE											
35. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
36. SUPERVISEE'S GRADE											
37. SUPERVISEE'S TITLE											
38. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
39. SUPERVISEE'S GRADE											
40. SUPERVISEE'S TITLE											
41. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
42. SUPERVISEE'S GRADE											
43. SUPERVISEE'S TITLE											
44. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
45. SUPERVISEE'S GRADE											
46. SUPERVISEE'S TITLE											
47. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
48. SUPERVISEE'S GRADE											
49. SUPERVISEE'S TITLE											
50. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
51. SUPERVISEE'S GRADE											
52. SUPERVISEE'S TITLE											
53. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
54. SUPERVISEE'S GRADE											
55. SUPERVISEE'S TITLE											
56. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
57. SUPERVISEE'S GRADE											
58. SUPERVISEE'S TITLE											
59. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
60. SUPERVISEE'S GRADE											
61. SUPERVISEE'S TITLE											
62. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
63. SUPERVISEE'S GRADE											
64. SUPERVISEE'S TITLE											
65. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
66. SUPERVISEE'S GRADE											
67. SUPERVISEE'S TITLE											
68. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
69. SUPERVISEE'S GRADE											
70. SUPERVISEE'S TITLE											
71. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
72. SUPERVISEE'S GRADE											
73. SUPERVISEE'S TITLE											
74. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
75. SUPERVISEE'S GRADE											
76. SUPERVISEE'S TITLE											
77. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
78. SUPERVISEE'S GRADE											
79. SUPERVISEE'S TITLE											
80. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
81. SUPERVISEE'S GRADE											
82. SUPERVISEE'S TITLE											
83. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
84. SUPERVISEE'S GRADE											
85. SUPERVISEE'S TITLE											
86. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
87. SUPERVISEE'S GRADE											
88. SUPERVISEE'S TITLE											
89. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
90. SUPERVISEE'S GRADE											
91. SUPERVISEE'S TITLE											
92. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
93. SUPERVISEE'S GRADE											
94. SUPERVISEE'S TITLE											
95. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
96. SUPERVISEE'S GRADE											
97. SUPERVISEE'S TITLE											
98. SUPERVISEE'S DUTY STATION											
99. SUPERVISEE'S GRADE											
100. SUPERVISEE'S TITLE											

Officer Evaluation Report (OER)

a. Novo Modelo

**CONFIDENCIAL**

FICHA DE INFORMAÇÕES (FI/B)

C. RI	Q. MS	C. CODOM
N. MÊ		GRADUAÇÃO
F. P. Q. U. E. S.		
SIGLA - CV	LOCAL	PERÍODO

PROP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
1.0																															
2.0																															
3.0																															
7.5																															
1.0																															

(ASSIMILAR COM UM "A")

C. L. PROP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
1.0																															
2.0																															
3.0																															
7.5																															
1.0																															

1. ATENÇÃO	2. COMBATIVIDADE	3. DECISÃO	4. DINAMISMO	5. DISCIPLINA	6. FLEXIBILIDADE	MENÇÕES
1	2	3	4	5	6	A - Excelente
1	2	3	4	5	6	B - Muito Bom
1	2	3	4	5	6	C - Bom
1	2	3	4	5	6	D - Regular
1	2	3	4	5	6	E - Fraco
1	2	3	4	5	6	F - Insuficiente

**CONFIDENCIAL**

(Fig V - Anverso da Ficha)

Fichas de avaliação (EUA: Fonte: Bom, 1999/ Brasil: Fonte pessoal)

Geralmente esta avaliação recebe seu maior peso em etapas da carreira onde os elementos que a integram se tornam praticamente mensuráveis<sup>67</sup>. É, por exemplo, o caso dos cursos militares: a academia militar, um curso de aperfeiçoamento e um curso de alto-comando são o padrão internacional<sup>68</sup>. Através da

<sup>67</sup> - Para uma análise deste sistema na carreira dos militares brasileiros, ver Frederici (2001).

<sup>68</sup> - Tanto que nestes níveis as escolas militares geralmente possuem um alto grau de intercâmbio internacional. E, tal como

pontuação recebida nos cursos, o militar se aloca num lugar singular na classificação, que se torna variável em função da somatória de desempenhos individuais. Deste modo, estes acabam sendo momentos da carreira onde os mecanismos coletivos garantem uma instância competitiva em que as qualidades individuais são colocadas à prova para uma futura realocação dentro das segmentações hierárquicas.

Aparentemente, estes influxos individualistas começam a aparecer já em fins do século XVII, nos mais diferentes lugares. No Brasil, já em 1699, temos uma primeira academia militar aberta às pessoas de origem social não-nobre, e desde antes as fileiras militares reservavam espaço para a ascensão por mérito em combate e por serviços reconhecidos pelo Rei (Frederici, 2001). Mas, evidentemente, este é um processo que vai se regulamentando conforme aumenta o grau de profissionalismo na carreira militar (Nuciari, 1994), e, fundamentalmente, quando a instituição militar progressivamente se “descola” das posições sociais do mundo exterior. Isto aconteceu em várias partes do mundo durante todo século XIX e começo do XX, quando uma série infindável de intercâmbios entre exércitos aconteceu (por exemplo, brasileiros estagiando no Exército alemão). O que

---

no sistema educacional civil há o reconhecimento de formatos compatíveis, como “graduação”, “doutorado”, etc., as escolas militares também possuem uma equivalência. Para uma história da academia militar brasileira, a AMAN, ver Castro, 1990.

ocorre nesta época é uma espécie de padronização na carreira militar, principalmente através das suas instituições de ensino, e, apesar da enorme variabilidade doutrinária que existiu e ainda existe, ajustou-se o padrão de carreira para alguma coisa mais ou menos homogênea.

O que pensamos estar ocorrendo dentro dos exércitos nesta época é uma espécie de ajuste interno a uma demanda social genérica: regulamentação das profissões, universalização dos direitos através de uma enorme expansão da “ideologia individualista”, para usar os termos de Dumont, e uma padronização dos mecanismos de ascensão social através de dispositivos educacionais<sup>69</sup>. É evidente que todas estas dimensões acabam por ter grande penetração na vida social de todo o Ocidente e de suas colônias, que acabam absorvendo das mais variadas maneiras esta institucionalização da vida, e com os exércitos não haveria de ser diferente. Mas nem por isto estes fatores entraram nas máquinas de guerra sem sofrer suas devidas alterações: o indivíduo que conhecemos “aqui fora” é sensivelmente diferente daquele da caserna.

---

<sup>69</sup> - Tal discussão também teve uma certa penetração nos estudos sobre militares, especialmente na tentativa de definir a questão da profissão militar em relação às outras, uma vez que ela não está sujeita ao mercado, pois é um monopólio (cf. volume organizado por Harries-Jenkins & Moskos Jnr., 1981; no Brasil, há uma breve discussão, entre outros, em Barros, (1978) e Castro (1993).

Aliás, talvez o problema vá ainda mais longe, com esta “adaptação individualista” vindo apenas a reboque dos processos de autonomização da instituição militar: fundamentalmente, ela corre reproduzindo um protoplasma sociológico incompatível com uma “sociedade pacificada” pela política. A guerra moderna tem seus caracteres próprios porque ela justamente não é “a política continuada por outros meios”, e o indivíduo-para-a-guerra não pode ser do mesmo tipo que o indivíduo do contrato da *polis* – embora seja necessário frisar que o militar faz parte da *polis* e de vez em quando este indivíduo da *polis* pode ser convocado para ir à guerra. Mas também é necessário recolocar o problema, pois estas são situações tangenciais: o indivíduo da *polis* não tem, na sua multiplicidade de papéis, a possibilidade de ser, além de umas tantas outras coisas, também um militar (pescador de dia, filósofo à tarde e militar de noite...), bem como o militar não é nas horas vagas um *paisano*. Ou se é um, ou se é outro.

Assim, são incorporadas na vida militar todas estas coisas a que estamos acostumados deste lado de cá do muro desde há algum tempo, como não havia deixar de ser – o mérito, a competição, as estratégias pessoais – mas como momentos específicos que aparecem combinados à lógica hierárquica da totalidade, i.é., à maneira como a cadeia de comando se segmenta em sucessivos

englobamentos. Mas não são apenas estes os momentos ou possibilidades de aparição do indivíduo. A bravura individual, o destaque em alguma operação militar, o cumprimento à risca das regras disciplinares ao longo da carreira, vão se somando na avaliação individual. Mas note-se que todos estes elementos, mesmo a bravura e a coragem pessoal, aparecem prescritos no rol de elementos que contam para acumulação de mérito e disciplina, e são, digamos, uma espécie de função da hierarquia.

Todos os militares, portanto, têm como parâmetro as regras e conceitos prescritos no plano da doutrina que se reverte para a disciplina, como requisito básico para o bom funcionamento do corpo como um todo. Diferente, portanto, do nível de competição a que estamos acostumados em outras formas burocráticas, geralmente pautadas por um certo grau de predação e dissenso, mas onde o indivíduo efetivamente pode imprimir a “sua” marca. No caso da hierarquia militar, a ação individual encontra um rol de possibilidades já limitado por uma pré-possibilidade, restrita ao comportamento prescrito ou disciplinado, de se elaborar estratégias próprias de ascensão. Muito dificilmente é possível haver uma diferenciação das possibilidades individuais em relação aos princípios gerais prescritos, como, por exemplo, “mudar de arma” (como nós podemos mudar da sociologia para a antropologia, por exemplo), quando se prescreve que o oficial deve permanecer na arma de



ingresso. E, finalmente, a ação individual jamais encontra a possibilidade de ser uma ação transformadora, no sentido de que um indivíduo possa “criar” uma nova arma, uma nova patente ou unidade de combate. Neste sentido, trata-se aqui, sem dúvida, de uma forma muito particular de individualismo.

Isto se torna mais complexo quando vemos que o mérito não está sozinho na classificação individual, mas aparece combinado a uma outra modalidade de mobilidade na escala hierárquica, que é a *data de promoção*. De acordo com esta, todos os oficiais, a partir da data de sua promoção em determinada patente, formam uma espécie de *turma*, como, por exemplo, a *turma de 1979*, acumulando um *tempo de serviço* respectivo, equivalente, então, para todos da mesma turma. Isto se explica fundamentalmente pelo fato de que, dentro de cada patente, os militares ficam alguns anos e, pela lógica hierárquica, faz-se necessário introduzir diferenciações inclusive no interior das patentes.

Dentro desta lógica, os oficiais ocupam tempos de serviço respectivos de acordo com a turma dentro de cada patente, o que também - além do mérito - é levado em conta na hora de sua *promoção*. O resultado das combinações entre a *classificação* pessoal e o *tempo de serviço* - que, afinal, é coletivo, pois é um equivalente temporal a que todos, de todas as turmas, estão submetidos - é uma expressão da posição de

cada indivíduo dentro da ordem hierárquica que é complementar às patentes: esta expressão é a *antiguidade*, pela qual se sabe se um oficial é mais *moderno* ou mais *antigo* que outro. No exército americano, por exemplo, trata-se o mais moderno como um “Junior Officer”.

Sua expressão individual é dada por uma ordem numérica que varia de um para um, como por exemplo, os [da ativa, oficiais, superiores] majores 01, 02, 03...*n* da cavalaria de 1979, seguidos pelos 01, 02, 03...*n* da *turma de* 1980, até que não haja mais majores de 1980, nem mais modernos, mas apenas os capitães 01,02,03...*n* da *turma* mais antiga no posto de capitão<sup>70</sup>, e assim por diante. Deste modo, a ordem de classificação introduz a idéia de que o sistema hierárquico, além de levar em conta a separação militares/paisanos, a segmentação praças/oficiais, a segmentação que forma as patentes e os círculos, é linear em períodos iguais de precedência na cadeia de comando, variando de 1 para 1 - pessoa à pessoa - na ordem classificatória e não havendo chance de

---

<sup>70</sup> - Que não necessariamente, embora provavelmente venham a ser os majores *n, n', n'', etc.*, de 1981, já que a promoção também é por mérito e, assim, alguém de uma turma mais moderna pode ultrapassá-los, como veremos a seguir. No caso de capitão, como a média no posto é de 8 anos, podemos supor que os próximos, neste exemplo, seriam os capitães de 1973.

“empate”<sup>71</sup>. Deste modo, o sistema de promoção é duplo: leva em conta o tempo de serviço e o mérito<sup>72</sup>, combinando um princípio coletivo e outro individual.

Evidentemente, se observarmos que o princípio da “pirâmide hierárquica” é quase universal quando tratamos das patentes, chegaremos facilmente à conclusão que quanto mais se sobe na carreira, mais difícil fica de subir. Para que isto seja possível, não podemos computar nesta subida pesos iguais para mérito e tempo de serviço, senão todos os oficiais chegariam ao generalato por este critério. Vê-se então que o mérito também funciona como mecanismo de exclusão e, pelo afunilamento da pirâmide, pode se chegar à conclusão que ele começa a pesar mais quanto mais alto se está<sup>73</sup>.

A consequência disto, cremos, é um peso maior conferido à individualidade em postos mais altos, quando pensada sincronicamente. Ainda assim, leia-se que este indivíduo é tomado como alguém que

---

<sup>71</sup> - No limite, se dois membros estiverem empatados em todos os critérios, o regulamento garante o desempate levando em conta a hora de nascimento, se for preciso.

<sup>72</sup> - Quando um oficial é promovido por mérito, passando aqueles que não o foram, pela gíria brasileira ele *dá coroa* nos demais, e sua pontuação se eleva no sistema classificatório.

<sup>73</sup> - A proporção entre mérito e antigüidade no *EB*, nas chamadas “Armas combatentes” (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Intendência e Material Bélico), para os postos de coronel, tenente-coronel e major são, respectivamente (em números arredondados), 3/1, 2/1 e 1/1.

acumula toda a cadeia de comando, em um duplo sentido: o dos seus subordinados e a do seu próprio passado, que se acumula como uma espécie de “capital fixo” transmitido da instituição à pessoa, e incorporado por esta através de uma série de mecanismos associados ao cargo, como a honra e o mérito pessoal. Mesmo se tomarmos o enfoque da correlação entre as patentes e as unidades de combate, conforme visto no item anterior, onde a “autonomia” [relativa] das unidades em combate começa a partir do batalhão (ou similar), comandado por um coronel, veremos que da mesma maneira as unidades sustentam o “capital fixo” de suas subunidades subordinadas.

Isto, porém, não esgota o problema: se olharmos diacronicamente, veremos que este princípio da “pirâmide” não oferece um retrato completo dos mecanismos de mobilidade, pois adicionam-se aí as possibilidades futuras de comando e ascensão social daqueles que ainda estão em posições subordinadas. Deste modo, a individualidade aparece também nos postos inferiores quando olhamos as reais possibilidades de ascensão de alguns indivíduos, em detrimento de outros que, apesar de terem a ascensão garantida (até certo ponto) pelos critérios temporais, terá uma ascensão mais lenta. Isto porque, se a promoção por tempo de serviço vem de uma escala precisa e segura, uma aferição do tempo coletiva e de determinação suprapessoal, o mesmo

não acontece com a promoção por mérito, que, no fim das contas, depende de uma inserção individual no *socius* e, por isto, acaba sendo o real indicador de mobilidade social ascendente<sup>74</sup>.

Se o princípio do tempo de serviço se aplica a todos igualmente, o mesmo não acontece com o mérito. Ainda que se tente dar uma formulação científica na quantificação deste, a própria diretriz de avaliação reconhece que os critérios de sua aplicação vêm, senão de uma interface totalmente subjetiva, ao menos de uma conjugação da “organização com o homem”. Isto se torna mais crítico quando pensamos que esta subjetividade, como vimos, está inserida numa cadeia que enuncia a incidência do todo sobre as partes; e, desta forma, há que se considerar que, do mesmo modo que quem comanda também obedece, quem avalia também é avaliado. Na verdade, estamos diante da célebre equação que conjuga a organização, o indivíduo e as redes de relações que se interpõem entre estes.

O que queremos mostrar, com isto, é que também do ponto de vista do indivíduo ocorre a coincidência entre ele próprio e a totalidade. Isto fica absolutamente claro quando se estabelece a fórmula segundo a qual apesar de todos serem iguais por

---

<sup>74</sup> - Deste modo, no plano diacrônico das carreiras, a antigüidade é uma medida descendente, já que os militares que são promovidos exclusivamente em função destas “ficam para trás”.

estarem sujeitos às mesmas regras e a uma mesma unidade de mensuração – o tempo de serviço –, nenhum está na mesma posição, numa variação de um para um. Por isto denominamos esta segmentação de “castas de um homem só”<sup>75</sup>: ao mesmo tempo que se asseguram todos os princípios e premissas individualistas, especialmente igualdade de condições, competição e mobilidade social, criam-se lugares singulares que não admitem igualdade, primam por inserções em lugares institucionais predeterminados que são assegurados por valores orientados para a totalidade (como a disciplina e a identificação com a Força, conforme veremos a seguir).

Deste modo, esta fração mínima na hierarquia que é o indivíduo aparece a nós mais como uma “casta de um homem só” do que como aquele indivíduo que a literatura sociológica definiu como o tipo clássico, livre e resultante de uma infinidade de papéis sociais. Aqui, o que temos, é uma combinatória final de caracteres individualistas com mecanismos coletivos que impõem uma lógica que vai da organização às partes. É verdade que esta combinatória não surgiu de uma vez só: em vários lugares, estes mecanismos foram se impondo com o tempo, o que nos leva a pensar que esta forma foi

---

<sup>75</sup> - Talvez a imagem que mais corresponda a isto seja a da “fila indiana” – qualquer correspondência não é mera coincidência –, divergindo, contudo, na possibilidade de se “trocar de lugar” nesta fila.

combinando os influxos externos à instituição com as estruturas de guerra preexistentes. O mesmo acontece com a tecnologia e as descobertas científicas que, criadas fora do meio militar, podem ser incorporadas e resultar numa mudança de convenções nos padrões de organização para a guerra<sup>76</sup>.

No entanto, seria leviano dizer que as convenções de guerra existem apenas em função da tecnologia criada, assim como em função da História (com “H”), assim como em função da política. Na nossa perspectiva, tudo leva a crer que a guerra, por mais que a tecnologia, a política ou a História a modifiquem, mantém um substrato relacional que é uma premissa de sua existência, que é o fato dela ser uma modalidade de troca. E ela se ancora neste nível pelo fato de que não há possibilidade humana fora das relações sociais e, assim, mesmo contra o que vários defendem, acreditamos que a guerra não é nem um fato natural, nem um fato exterior. Segue-se ainda esta premissa constatando-se que o princípio hierárquico é

---

<sup>76</sup> - Embora, como sugere De Landa (1991), a tecnologia só possa ser pensada em função de um mesmo contínuo, um *hardware* infra-estrutural que liga os fundamentos da guerra (no caso, para ele, estes se reduzem à política) à base social mais ampla, transformadora das relações humanas e das relações do homem com a natureza. Para se ver um exemplo, para ele o radar não passa de uma extensão mais avançada da torre de observação medieval (: 5-6), e assim por diante. Gostaríamos novamente de sustentar que, se há algo que permanece, são as relações, e não a substância ou os meios.

de fato totalizante: vai da organização do grupo à organização do indivíduo no grupo. Por isto, reiteramos, ela pode ser considerada uma espécie de gramática: é o registro que abarca todas as formas de organizar-se no interior da Força.

Isto nos seria quase suficiente para demonstrar que a hierarquia militar é uma linguagem própria aos exércitos, e, mais ainda, que os exércitos usam esta linguagem própria como uma espécie de “canal de comunicação”, pois este é o meio pelo qual a guerra pode ser realizada. É claro que, para destruir um inimigo, não é necessário ser hierárquico, nem seguir estas convenções (aliás, para se destruir alguém, não é necessário que este seja um inimigo). Não foi necessário que, na conquista da América, se compatibilizasse a organização dos empreendimentos militares europeus com os indígenas para que estes fossem dizimados. Da mesma maneira, para destruir a superfície do planeta, não é necessário se sustentar um exército, basta apertar um botão e disparar o arsenal nuclear. Mas, como qualquer um pode constatar, nem mesmo esta tecnologia foi suficiente para modificar esta particular maneira de se realizar a guerra, que continua nos colocando uma série de *problemas convencionais*.

Vou assumir que a partir de agora o leitor possa estar se perguntando se os próprios militares percebem todo este mecanismo que descrevi como algo que *acontece* efetivamente no seu cotidiano. Diria



que sim e não; talvez tanto quanto não pensamos no código de trânsito quando dirigimos, ou no tabu do incesto quando buscamos uma relação de parentesco tal como um casamento. Há uma pista, porém, que ficará para um outro livro, que diz respeito à *substância* vivida desta *forma hierárquica*, que é a disciplina.

Certa vez, um oficial nos colocou que “*a hierarquia é a exteriorização da organização militar, mas a disciplina é o que faz a organização funcionar e seu maior símbolo. Nos discursos militares ou nas ordens do dia, você ouvirá muito mais referências à disciplina que à hierarquia. Nunca ouvi ninguém dizer, como elogio, esta tropa é hierarquizada, mas ouvi muitas citações elogiosas a respeito da disciplina de uma tropa.*”. Isto, na época, nos abriu os olhos para uma interpretação deste fato: que nossos nativos não deveriam enxergar a hierarquia, essencialmente fragmentária, como a razão da totalidade; esta somente poderia ser vista sob o emblema da disciplina.

Perguntamo-nos, então, se a disciplina não seria justamente um valor nativo por cima de um fenômeno mais extenso que é a hierarquia, se lembrando justamente do “deslize” que Lévi-Strauss aponta para a interpretação de Mauss sobre o *hau* no *Ensaio sobre a Dádiva*. Neste caso, a idéia de uma força mágica que impele os objetos a serem trocados seria apenas a interpretação nativa sobre um fenômeno muito mais amplo e universal, que é a própria a

troca<sup>77</sup>. No caso trobriandês ali descrito a “força” é o que aglutina; a troca põe em articulação as diferentes unidades. Essa aglutinação seria, como Bourdieu escreveu anos depois a respeito, um problema essencialmente “político” em relação ao ato de trocar. Vejamos brevemente como a disciplina *funciona* através de alguns exemplos.

---

<sup>77</sup> - As considerações de Lévi-Strauss sobre o *hau* estão na “Introdução à obra de Marcel Mauss” (1974: 24-27). A correlação anterior que realizamos com tais pontos está colocada em Leirner (1997: 101-111).

## 7. Regras prescritivas: a disciplina

Grande parte dos exércitos de hoje, senão mesmo sua totalidade, possui um arsenal de regras que normalmente estão codificadas em leis, códigos, portarias, regulamentos, estatutos e manuais de instrução. Mas isto não se constitui em novidade, quanto mais para quem sabe como o serviço público geralmente conta com um enorme número de dispositivos reguladores das regras da carreira e organização funcional, de modo a tentar deixar poucas dúvidas sobre matérias que possam gerar qualquer polêmica. No entanto, no serviço militar, estas regras costumam ainda entrar em um campo que geralmente considerariamos, enquanto *paisanos*, como pertinente exclusivamente à nossa competência individual. Trata-se de uma série de regras de conduta e de cerimoniais que se aplicam a uma extrema regulação do cotidiano, e que, para nós, se é que existem como “etiqueta” ou “bom senso”, estão implícitas, enquanto para os militares existem como as formas da disciplina e são tornadas o mais explícitas possível.

A disciplina, em sua forma elementar relacionada à proibição da troca entre círculos diferentes, é explicitada já no uniforme: o militar tem completa ciência de sua posição, não há espaço para a

ambigüidade<sup>78</sup>; o mesmo se dá com as regras e a maneira pela qual o militar é direcionado a realizar um conjunto de ações que nos mostram como é a disciplina. Neste caso, vale dizer, isto geralmente é adquirido com um treinamento que é realizado com sucesso caso o militar venha a naturalizar esta série de regras e segui-las com exatidão.

Para os oficiais, este geralmente é o tempo de uma academia militar; para os praças, cursos e treinamentos também são realizados. Este é um tempo em que o sujeito que entra para vida militar é “re-socializado”, para usar uma expressão que a sociologia militar geralmente coloca (Janowitz, 1960). Como bem mostra Castro (1990), é a hora em que se adquire o chamado “espírito militar”, junto com uma série de fronteiras simbólicas em relação ao “mundo de fora”, numa internalização tal de valores e condutas que podemos facilmente constatar a fabricação de uma nova pessoa ocorrendo neste momento. Este, porém, é um momento de passagem pois, quando o militar ingressa na carreira, é de se supor que ele já tenha se convertido, “de corpo e alma”, em um receptor e um doador do intrincado sistema de trocas que ocorre dentro de um exército: ou seja, uma pessoa na forma elementar de soldado.

---

<sup>78</sup> - A explicação nativa para isto repousa no fato de que, na luta, esta ambigüidade se tornaria fatal, conforme nos foi afirmado em campo.

Vejamos então, através de alguns exemplos, em que consistem as matérias-primas desta troca, sempre lembrando que o sentido de sua realização está dado na hierarquia.

Talvez o elemento mais trocado, o gesto mais vivido na carreira de um militar, seja a continência. Ela é universal, e, vale dizer, os exércitos consideram-na uma matéria prima de sua exclusividade, embora possamos vê-la com uma razoável frequência sendo realizada por qualquer um. Ela, podemos dizer assim, é o gesto básico de reconhecimento da hierarquia em sua forma cotidiana e mais despreziosa. Veja-se, por exemplo, como ela está definida no *EB*:

“Art. 3º O militar manifesta respeito e apreço aos seus superiores, pares e subordinados:

I - pela continência;

II - dirigindo-se a eles ou atendendo-os, de modo disciplinado;

III - observando a precedência hierárquica;

IV - por outras demonstrações de deferência.

§ 1º Os sinais regulamentares de respeito e de apreço entre os militares constituem reflexos adquiridos mediante cuidadosa instrução e continuada exigência.

§ 2º A espontaneidade e a correção dos sinais de respeito são índices seguros do grau de disciplina das corporações militares e da educação moral e profissional dos seus componentes.

§ 3º Os sinais de respeito e apreço são obrigatórios em todas as situações, inclusive nos exercícios no terreno e em campanha. (...)

Art. 14º A continência é a saudação prestada pelo militar e pode ser individual ou da tropa.

§ 1º A continência é impessoal; visa a autoridade e não a pessoa.

§ 2º A continência parte sempre do militar de menor precedência hierárquica; em igualdade de posto ou graduação, quando ocorrer dúvida sobre qual seja o de menor precedência, deve ser executada simultaneamente.

§ 3º Todo militar deve, obrigatoriamente, retribuir a continência que lhe é prestada; se uniformizado, presta a continência individual; se em trajes civis, responde-a com um movimento de cabeça, com um cumprimento verbal ou descobrindo-se, caso esteja de chapéu.” (Min. Ex., R-2, 1997).

A continência, deste modo, deve observar a hierarquia; na verdade, é um sinal de reconhecimento desta. Até onde descobrimos, ela era um sinal de camaradagem, que foi incorporado à precedência hierárquica: “In the Age of Chivalry, the knights were all mounted and wore steel armor that covered the body completely, including the head and face. When two friendly knights met, it was the custom for each to raise the visor and expose his face to the view of the other. This was always done with the right hand, the left being used to hold the reins. It was a

significant gesture of friendship and confidence, since it exposed the features and also removed the right hand - the sword hand - from the vicinity of the weapon. The military salute is given in recognition to a comrade in the honorable profession of arms. The knightly gesture of raising the hand to the visor came to be recognized as the proper greeting between soldiers and was continued even after modern firearms had made suits of armor a thing of the past. The military salute of today is as it has always been, a unique form of greeting between military personnel” (Bonn, 1999: 23).

O fato desta saudação da cavalaria medieval ter permanecido como um gesto militar e ter se incorporado como sinal de reconhecimento da hierarquia vem reforçar a hipótese de que esta é uma gramática que reordena os influxos externos e históricos no interior dos exércitos. Se, de um lado, este gesto é básico, de outro, ele não é tratado com despreensão. Há uma conduta para a continência que, de certa maneira, a “militariza”, pois não se trata simplesmente de “levantar a mão à cabeça”. Note-se, pelo regulamento brasileiro, como ela é complexa, descrita em todas as suas minúcias e prevista em todas as situações possíveis<sup>79</sup>:

---

<sup>79</sup> - Perdoe-nos pelas passagens um pouco extensas que vêm a seguir, mas julgamos que elas são etnograficamente relevantes. Retiramos ainda algumas outras possibilidades de manifestar a continência, como por exemplo os itens que falam de como

“Art. 19º. São elementos essenciais da continência individual: a atitude, o gesto e a duração, variáveis conforme a situação dos executantes:

I - atitude - postura marcial e comportamento respeitoso e adequado às circunstâncias e ao ambiente;

II - gesto - conjunto de movimento do corpo, braços e mãos, com ou sem armas;

III - duração - o tempo durante o qual o militar assume a atitude e executa o gesto acima referido.

Art. 20º. O militar, desarmado, ou armado de revólver ou pistola, de sabre-baioneta ou espada embainhada, faz a continência individual de acordo com as seguintes regras:

I - mais moderno parado e superior deslocando-se:

- posição de sentido, frente voltada para a direção perpendicular à do deslocamento do superior;

- com cobertura: em movimento enérgico, leva a mão direita ao lado da cobertura, tocando com a falangeta do indicador a borda da pala, um pouco adiante do botão da jugular, ou lugar correspondente, se a cobertura não tiver pala ou jugular; a mão no

---

prestá-la em trajes civis, de como prestá-la para a bandeira, em solenidades, em trajes civis com ou sem cobertura (chapéu), quando se porta o espadim, quando se está com baioneta, enfim, numa infinidade de situações. As descritas a seguir são, vamos dizer assim, o mais corriqueiro do cotidiano militar. Vale dizer que, em várias situações onde encontramos militares à paisana, foi possível reconhecê-los enquanto tais por causa da continência. Esta é, portanto, uma distinção básica do militar.



prolongamento do antebraço, com a palma voltada para o rosto e com os dedos unidos e distendidos; o braço sensivelmente horizontal, formando um ângulo de 45º com a linha dos ombros; olhar franco e naturalmente voltado para o superior. Para desfazer a continência, baixa a mão em movimento enérgico, voltando à posição de sentido;

- sem cobertura: em movimento enérgico, leva a mão direita ao lado direito da frente, procedendo similarmente ao descrito na alínea b), no que couber;

- a continência é feita quando o superior atinge a distância de três passos do mais moderno e desfeita quando o superior ultrapassa o mais moderno de um passo;

II - mais moderno deslocando-se e superior parado, ou deslocando-se em sentido contrário:

- se está se deslocando em passo normal, o mais moderno mantém o passo e a direção do deslocamento; se em acelerado ou correndo, toma o passo normal, não cessa o movimento normal do braço esquerdo; a continência é feita a três passos do superior, como prescrito no inciso I, alíneas b) e c), encarando-o com movimento vivo de cabeça; ao passar por este, o mais moderno volta a olhar em frente e desfaz a continência;

III - mais moderno e superior deslocando-se em direções convergentes:

- o mais moderno dá precedência de passagem ao superior e faz a continência como prescreve o inciso I, alíneas b) e c), sem tomar a posição de sentido;

IV - mais moderno, deslocando-se, alcança e ultrapassa o superior que se desloca no mesmo sentido:

- o mais moderno, ao chegar ao lado do superior, faz-lhe a continência como prescrito no inciso I, alíneas b) e c), e o encara com vivo movimento de cabeça; após três passos, volta a olhar em frente e desfaz a continência;

V - mais moderno deslocando-se, é alcançado e ultrapassado por superior que se desloca no mesmo sentido:

- o mais moderno, ao ser alcançado pelo superior, faz-lhe a continência, como prescrito no inciso I, alíneas b) e c), desfazendo-a depois que o superior tiver se afastado um passo;

VI - em igualdade de posto ou graduação, a continência é feita no momento em que os militares passam um pelo outro, ou se defrontam.” (Min. Ex., R-2, 1997)<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> - Note-se como no exército norte-americano o procedimento é semelhante: “Execution of the Hand Salute. Before the instant arrives to render the salute, stand or walk erectly with head up, chin in, and stomach muscles pulled in. Look squarely and frankly at the person to be saluted. If you are returning the salute of a soldier, execute the movements of the salute in the cadence of marching, *one, two*. If you are saluting a superior officer, execute

Mas, evidentemente ainda estamos falando de um sinal que é exclusivo dos militares. Ainda que, como em qualquer outra instituição, também a instituição militar possui seus sinais característicos, deve-se ressaltar o fato de raramente, senão mesmo nunca, um tal nível de detalhe da conduta esteja colocado explícito como regulamento. Note-se, inclusive, que isto também se aplica a ações corriqueiras, como simplesmente andar ou sentar à mesa:

“Art. 4º Quando dois militares se deslocam juntos, o de menor antigüidade dá a direita ao superior.

Parágrafo único. Se o deslocamento se fizer em via que tenha lado interno e lado externo, o de menor antigüidade dá o lado interno ao superior.

---

the first movement and *bold* the position until the salute is acknowledged, and then complete your salute by dropping the hand smartly to your side. Do these; things correctly and you will derive many rewards. Your soldiers will be quick , to notice it and will view with you in efforts to outdo their officer - a particularly healthy reaction. Thus you may set the example, which may then be extended to other matters. To execute the hand salute correctly, raise the right hand smartly until the tip of the forefinger touches the lower part of the headdress or forehead above and slightly to the right of the right eye, thumb and fingers extended and joined, palm to the left, upper arm horizontal, forearm inclined at 45 degrees, hand and wrist straight; at the same time turn the head toward the person saluted. To complete the salute, drop the arm to its normal position by the side in one motion, at the same time turning the head and eyes to the front”(Bonn, 1999: 37).

Art. 5º Quando os militares se deslocam em grupo, o mais antigo fica no centro, distribuindo-se os demais, segundo suas precedências, alternadamente à direita e à esquerda do mais antigo.” (...)

Art. 11º Nos refeitórios, os oficiais observam, em princípio, as seguintes prescrições:

I - aguardam, para se sentarem à mesa, a chegada do Comandante, Diretor ou Chefe, ou da mais alta autoridade prevista para a refeição;

II - caso a referida autoridade não possa comparecer à hora marcada para o início da refeição, esta é iniciada sem a sua presença; à sua chegada, a refeição não é interrompida, levantando-se apenas os oficiais que tenham assento à mesa daquela autoridade;

III - ao terminar a refeição, cada oficial levanta-se e pede permissão ao mais antigo para retirar-se do recinto, podendo ser delegada ao mais antigo de cada mesa a autorização para concedê-la;

IV - o oficial que se atrasar para a refeição deve apresentar-se à maior autoridade presente e pedir permissão para sentar-se;

V - caso a maior autoridade presente se retire antes que os demais oficiais tenham terminado a refeição, apenas se levantam os que tenham assento à sua mesa.

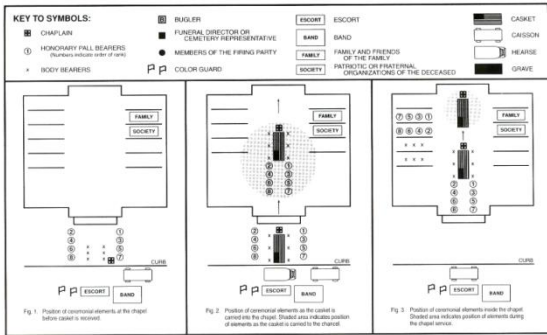
§ 1º Os refeitórios de grande frequência e os utilizados por oficiais de diversas Organizações Militares podem ser regidos por disposições específicas.

§ 2º Nos refeitórios de suboficiais, subtenentes e sargentos, deve ser observado procedimento análogo ao dos oficiais.

Art. 12º Nos ranchos de praças, ao neles entrar o Comandante, Diretor ou Chefe da Organização Militar ou outra autoridade superior, a praça de serviço, o militar mais antigo presente ou o que primeiro avistar aquela autoridade comanda: "Rancho Atenção!" e anuncia a função de quem chega; as praças, sem se levantarem e sem interromperem a refeição, suspendem toda a conversação, até que seja dado o comando de "à vontade" (EB, R-2, 1997)

No Exército norte-americano, a disposição é um pouco diferente, mas também adota-se a distinção hierárquica: "The place of honor is on the right. Accordingly, when a junior walks, rides, or sits with a senior, the junior takes position abreast and to the left of the senior. The deference that a young officer should pay to his or her elders pertains to this relationship. The junior should walk in step with the senior, step back and allow the senior to be the first to enter a door, and render similar acts of consideration and courtesy" (Bonn, 1999: 19). Tal padrão não diz respeito apenas a como indivíduos devem se localizar. Estende-se por organizações militares, elementos coletivos e até na disposição que as medalhas devem seguir na roupa. No Brasil, do alto para baixo, do centro para a direita e alternadamente para a esquerda. Basta se lembrar de um desfile do Dia da Pátria que

perceberemos esta organização. Nos Estados Unidos, a precedência deve sempre se dar à direita. Veja-se, por exemplo, como em um funeral de um militar norte-americano se observa esta razão diante do caixão, que leva a bandeira:

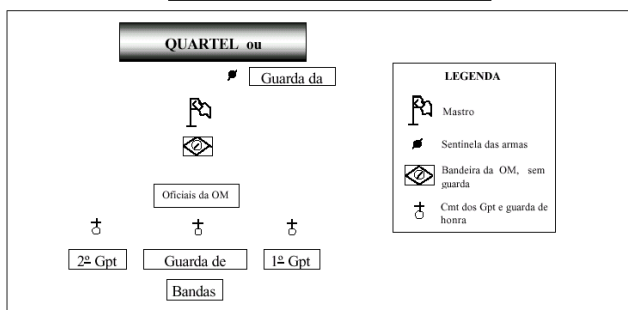
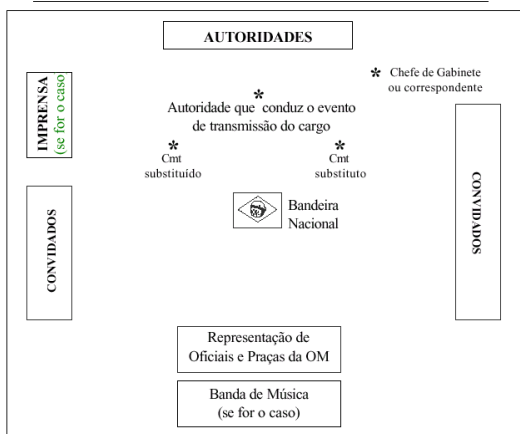


Military Funerals, Army

Funeral militar norte-americano (Fonte: Bonn (1999: 37))

Da mesma maneira, veja-se como em algumas situações corriqueiras, como o hasteamento da bandeira (diário) ou a passagem de comando de uma unidade do *Eb* também se segue a disposição prescrita<sup>81</sup> (de acordo com a Portaria No. 408 do Ministério da Defesa, de 08 de agosto de 2000):

<sup>81</sup> - Aqui, note-se como a bandeira, “hierarquicamente superior”, vai ao centro.



Passagem de comando e hasteamento da bandeira no *EB*

Estes são exemplos ilustrativos de como a disciplina na verdade faz um arranjo sensível das formas hierárquicas. O fato é que a hierarquia deve estar onipresente, pois ela é o elemento regulador da

ordem de como as coisas devem se apresentar no cotidiano militar. Vemos aqui exemplos de que esta ordem se faz presente tanto em situações absolutamente corriqueiras, pelas quais qualquer um de nós passa – como almoçar ou andar num corredor – e também em situações mais específicas da vida militar, como a passagem de comando, numa ocasião cerimonial. O que esta ordem extremamente regulada faz pensar, inclusive, é que, do ponto de vista da organização social, ou melhor, da maneira como este *mundo social* se organiza, não há grande diferença entre as situações corriqueiras e as situações cerimoniais. Em todas o formalismo exigido pela ação disciplinada se faz igualmente presente.

Isto não quer dizer, de maneira alguma, que todos os momentos são iguais na vida de um militar, nem que ele não distingue uma ocasião cerimonial de uma situação cotidiana, longe disto. O que estamos querendo mostrar é justamente que o princípio hierárquico sobrepassa todas as ocasiões. Claro que, se algum militar resolver ser indisciplinado durante uma ocasião formal como uma passagem de comando, ou por exemplo desrespeitar a marcha durante o Sete de Setembro, provavelmente as consequências disciplinares serão bem piores que as decorrentes de uma continência mal executada (embora a ausência desta possa ter consequências graves). Mas o fato é que ambas as faltas estão sujeitas às penalidades exatamente porque atingem ao mesmo princípio.



Não há como pensar este princípio fora da troca. A mera relação entre dois militares exige que se observe sempre o princípio da precedência. Quando dois militares se encontram, é obrigatória uma apresentação que deve obedecer a um esquema prescrito:

“Art. 41º O militar, para se apresentar a um superior, aproxima-se deste até a distância do aperto de mão; toma a posição de "Sentido", faz a continência individual como prescrita neste Regulamento e diz, em voz claramente audível, seu grau hierárquico, nome de guerra e Organização Militar a que pertence, ou função que exerce, se estiver no interior da sua organização Militar; desfaz a continência, diz o motivo da apresentação, permanecendo na posição de "Sentido" até que lhe seja autorizado tomar a posição de "Descansar" ou de "À Vontade".

§ 1º Se o superior estiver em seu Gabinete de trabalho ou outro local coberto, o militar sem arma ou armado de revólver, pistola ou espada embainhada tira a cobertura com a mão direita. Em se tratando de boné ou capacete, coloca-o debaixo do braço esquerdo com o interior voltado para o corpo e a jugular para a frente; se de boina ou gorro com pala, empunha-o com a mão esquerda, de tal modo que sua copa fique para fora e a sua parte anterior voltada para a frente. Em seguida, faz a continência individual e procede à apresentação.

§ 2º Caso esteja armado de espada desembainhada, fuzil ou metralhadora de mão, o militar faz alto à distância de dois passos do superior e executa o "Perfilar Espada" ou "Ombro Arma", conforme o caso, permanecendo nessa posição mesmo após correspondida a saudação; se o superior for Oficial-General ou autoridade superior, o militar executa o manejo de "Apresentar Arma", passando, em seguida, à posição de "Perfilar Espada" ou "Ombro Arma", conforme o caso, logo após correspondida a saudação.

§ 3º Em locais cobertos, o militar armado nas condições previstas no parágrafo anterior, para se apresentar ao superior, apenas toma a posição de "Sentido".

Art. 42º Para se retirar da presença de um superior, o militar faz-lhe a continência individual, idêntica a da apresentação, e pede permissão para se retirar; concedida a permissão, o oficial retira-se normalmente, e a praça, depois de fazer "Meia Volta", rompe a marcha com o pé esquerdo" (Min. Ex., R-2, 1997).

Esta apresentação, vale dizer, sempre é posteriormente acompanhada por um procedimento de comunicação que reconhece nas instâncias básicas a diferença hierárquica. Ao dirigir-se a um superior, um militar sempre emprega o tratamento de "Senhor"; formalmente, quando se trata de comandante ou chefe, o tratamento deve ser "Senhor

Comandante” ou “Senhor Chefe”; a recíproca, quando um militar se dirige a um subordinado, o tratamento deve ser “você”, ou então o posto que este subordinado ocupa precedido por “você” (por exemplo, “Sargento, você...”). No exército norte-americano, o procedimento é análogo: por exemplo, um tenente dirige-se a um coronel, querendo confirmar se este deseja ver um sargento pergunta: “Sir, do you wish to see Sergeant Brown?”. Também é sabido que, em exércitos como o da ex-URSS e o da China antes de 1970, havia sempre, de ambas as partes, o tratamento de “camarada”, mas sempre seguido do posto. É verdade que o exército chinês tentou, de 1949 a 1974 (por ocasião de uma guerra com o Vietnã do Sul), abolir uma parte do formalismo da hierarquia militar, equiparando-a ao formalismo disciplinar do Partido Comunista. Assim, podemos pensar que o tratamento de “camarada” tinha precedência em relação a elementos como “Senhor”, o que inclusive levou a certos erros de interpretação sobre uma “abolição do sistema hierárquico chinês”<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> - The 1984 Military Service Law also stipulated that military ranks would be reintroduced to the PLA. Military leaders justified the restoration of ranks as improving organization, discipline, and morale and facilitating coordinated operations among different arms and services, thus serving to modernize and regularize the military. The PLA's experience in the 1979 Sino-Vietnamese border war, in which the absence of ranks led to confusion on the battlefield, was another factor leading to the restoration of ranks.

Portanto, não há comunicação no interior de um exército que não passe pelo código hierárquico. Ele determina as condutas em primeira instância. Todas estas prescrições, que também vão regular a conduta nas mais variadas situações – se o militar está a pé, de moto, de carro ou a cavalo, se está com ou sem chapéu, se está em recinto fechado ou aberto, se está sozinho ou acompanhado, fardado ou à paisana, em reunião, a trabalho ou em lazer, durante o

---

However, the rank system was not immediately implemented because "preparatory work" still needed to be done. Implementation was delayed by disputes in higher echelons in the PLA over who would receive what rank and by the long process of reducing the size of the military. In mid-1987 the PLA still had not restored its system of ranks. The ranks for officers reportedly were to be based on the 1955 rank system, which included one supreme marshal and ten marshals at the very top. Ground force and Air Force ranks were to be senior general, general, lieutenant general, major general, senior colonel, colonel, lieutenant colonel, major, senior captain, captain, first lieutenant, and second lieutenant.”. Esta informação, retirada do CIA World Fact Book ([http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field\(DOCID+cn0381\)](http://lcweb2.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field(DOCID+cn0381))), não levou em conta o fato de que a hierarquia de 1955 não havia sido abolida, mas sim “englobada” pelo universalismo do Partido Comunista (tal fato me foi confirmado em comunicação pessoal por um oficial do EB). O mesmo esquema pode ser visto nas unidades do exército soviético, que sempre contavam com a ingerência de um delegado do PCUS. Note-se, mesmo assim, que tal sistema acabou se revelando precário, sendo reestabelecido o formalismo que podemos ver aqui no Ocidente (vide tabela “patentes comparadas”, acima).

expediente ou fora dele, em casa ou na rua, de guarda, sentinela ou no quartel, parado, andando ou em marcha, na caserna, no acampamento ou em campanha, em recepção ou em despedida de alguém, em cumprimentos ou em pêsames, na retaguarda, no *front*, na linha de contato com o inimigo ou como prisioneiro de um exército inimigo – em qualquer uma destas situações deve-se observar a precedência hierárquica, e assim manter-se disciplinado.

O militar que obedecer à risca estas prescrições será recompensado: na sua avaliação pessoal, ele terá créditos para fluir na carreira sem problemas. Ou seja, se ele seguir os modelos prescritos, ele flui também no sentido da direção que as trocas assumem na cadeia de comando. Substancialmente, estes atributos vão ser reconhecidos através de uma série de símbolos que se incorporam à pessoa militar: medalhas, condecorações, currículos privilegiados, tudo o que uma conduta retilínea com as exigências do sistema disciplinar acaba sintetizando como uma série de atributos que fazem parte de uma “honra militar”.

Aqui cabe um pequeno parêntese sobre a maneira pela qual estamos considerando a “honra”. Este é um assunto que tem chamado a atenção de alguns antropólogos já há algum tempo, particularmente em relação a alguns estudos que vinculam honra a *status* especialmente a partir de sociedades mediterrâneas (Bourdieu, 1965; Pitt-Rivers,

1966; Peristiany, 1966; Davis, 1977; referências mais abrangentes podem ser encontradas em Keating, 1998). De maneira geral, a literatura tende em convergir a uma discussão que costuma dissociar a honra de modelos sociais baseados em igualdade de estatuto entre indivíduos. Há uma tendência em se cruzar a honra com esquemas de estratificação, às vezes derivando a honra de esquemas de dominação propriamente ditos (Pitt-Rivers, 1966), às vezes pensando a honra como instrumento de acumulação de capital social e status (Bourdieu, 1965), às vezes até derivando-a diretamente de uma função econômica (Davis, 1977).

Numa realidade etnográfica bem mais próxima à nossa, Teixeira (1996) mostra como ela teoricamente pode ser ligada à noção de pessoa (e, mesmo em sociedades “individualistas”, a honra pode ser encontrada em círculos restritos, ou até em setores onde a projeção da pessoa se torna mais evidente), como resultante de um sistema de valores que estabelece “um ideal de personalidade que hierarquiza regras de conduta” (:113). A chave desta leitura está, sobretudo, no fato de que a honra não comporta a fragmentação, ela deve ser íntegra: não há meia honra.

No caso militar, podemos ver que ela aparece como uma espécie de “ideologia nativa” que torna sensível (porque é capaz de sintetizar) uma série de atributos que são, na verdade, um elenco de prescrições que regulam o comportamento

disciplinado. Para que de fato ela se ligue ao campo da hierarquia e da estratificação baseada em acúmulo de capital social, basta lembrar que não pode ser considerada além da plena realização, por parte dos sujeitos sociais, de um sistema de trocas interno à própria hierarquia. Neste sentido, gostaríamos de pensar que estamos aproximando, no nosso caso, o conceito de honra a uma realidade substantiva que é formada por um sistema de dádivas, precisamente próximo às características de *mana* e *hau* que descreveu Mauss, e que posteriormente foram vinculadas ao sistema de trocas tal qual propôs Lévi-Strauss. Feche-se o parêntese.

Seja como for, na vida dos militares, este processo é de fato convertido em dados quantitativos e computado como um todo, para se ter uma noção dos lugares sociais que os indivíduos vão ocupar, ou seja, determinar o que e com quem eles vão trocar dentro das possibilidades de intercâmbio que cada papel social permite. Trata-se, como já mostramos acima, do *mérito* que cada um possui, e que agora vemos não pode ser pensado como uma característica individual nem inata, mas sim como resultado de uma substancialização de um ciclo de disposições, agenciamentos e trocas que é social na construção de cada pessoa no interior de um exército, construção esta que do ponto de vista nativo é tomada como uma adesão à disciplina.

Para então finalizar este pequeno manual, basta apenas chamar a atenção para hoje em dia, quando nos vemos diante de uma assombrosa composição em que “política, hierarquia e disciplina” se misturaram. Evidentemente não pretendemos resolver aqui o problema de uma interpretação tão necessária do nosso momento atual, mas se ajudarmos a entender alguns dos termos que tomaram parte de nosso cotidiano já nos daremos por satisfeitos em dividir esta breve análise.



## Referências Citadas

- Barros, A., 1978, *The Brazilian Military: professional socialization, political performance and state building*, Chicago, Mimeo.
- Bendix, R., 1962, *Max Weber: an intellectual portrait*, New York, Doubleday.
- Bendix, R., 1996 [1964], *Construção Nacional e Cidadania*, São Paulo, Edusp.
- Bonn, K. (Ltc.), 1999, *Army Officer's Guide*, Mechanicsburg, Stackpole.
- Boudon, R., 1991, *Theories of Social Change*, Cambridge, Polity Press.
- Bourdieu, P., 1965, "The Sentiment of Honour in Kabyle Society", in in Peristiany, J.G. (Ed.), 1966, *Honour and Shame: the values of mediterranean society*. Chicago. University of Chicago Press.
- Caforio, G. (ed.), 1994, "The Military Profession in Europe", *Currennt Sociology*, V. 42 N. 3, London, Sage.
- Carneiro da Cunha, M., 1986, "Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível", in *Antropologia do Brasil*, SãoPaulo, Brasiliense/Edusp.
- Carvalho, J.M., 1977, "Forças Armadas na Primeira República", in Fausto, Boris., *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano*, Vol. 9, São Paulo, Difel.

- Castro, C., 1990, *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Castro, C., 1993, “A Origem Social dos Militares”. *Novos Estudos Cebrap*, No. 37, São Paulo.
- Castro, C., 1995, *Os Militares e a República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Chagnon, N., 1988, “Life Histories, Blood Revenges and Warfare in a Tribal Population”, *Science*, 239, 985-992.
- Clastres, P., 1980, “Arqueologia da Violência”, in *Guerra, Religião e Poder*, Lisboa, Ed. 70.
- Clausewitz, K., 1993 [1832], *Da Guerra*, Rio de Janeiro, Martins Fontes.
- Coelho, E.C., 1976, *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Coelho, E.C., 1985, “A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico”, *BIB*, (Especial No. 3), São Paulo, Anpocs.
- Corsley, A. & Keller, C., 2000, *The Army Wife Handbook*, Sarasota, ABI Press.
- Costa, W.P., 1995, *A Espada de Dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*, São Paulo, Hucitec/Unicamp.
- Da Matta, R., 1983, *Carnavais, Malandros e Heróis*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Davis, J., 1977, *People of the Mediterranean*, London, Routledge and Keegan Paul.

De Landa, M., 1991, War in the Age of Intelligent Machines, New York, Zone Books.

Douglas, M. & Wildawski, A., 1982, Risk and Culture, Berkeley, Un. of California Press.

Douglas, M., 1998, Como as Instituições Pensam, São Paulo, Edusp.

Douglas, S., 1987, “The Navy Adapts the Radio: 1899-1919”, in Smith, M.R., Military Enterprise and Technological Change, Cambridge, MIT Press.

Dreifuss, R. A., 1987, 1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe, Petrópolis, Vozes.

Duby, G., 1989, A Sociedade Cavaleiresca, São Paulo, Martins Fontes.

Dumont, L., 1992, Homo Hierarchicus, São Paulo, Edusp.

Dumont, L., 1992b, Ensaios Sobre o Individualismo, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Elias, N. 1987, Sociedade de Corte, Lisboa, Ed. Stampa.

Elias, N., 1990 [1939], O Processo Civilizador, Vol. 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Elias, N., 1993 [1939], O Processo Civilizador, Vol. 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Elias, N., 1994, A Sociedade dos Indivíduos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Fausto, C., 1999, “Da Inimizade: forma e simbolismo da guerra indígena”, in Novaes, A. (Org.), A Outra Margem do Ocidente, São Paulo, Cia. das Letras.

- Foster, N., 1998, *The Making of a Royal Marines Commando*, London, PAN.
- Foucault, M., 1987, *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes.
- Frederici, S., 2001, *Hierarquia e Identidade Militar: uma análise sobre a carreira de oficiais do Exército*, Monografia de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, São Carlos, UFSCar.
- Goffman, E., 1974, *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva.
- Goody, J., 1983, *The Development of the Family and Marriage in Europe*, Cambridge, C.U.P.
- Halsey, A., 1985, "Hierarchy", in Kuper, Adam., *The Social Science Encyclopedia*, London, Routledge, p. 356.
- Harries-Jenkies, G. & Moskos Jnr., C., 1981, "Armed Forces and Society", *Current Sociology*, Vol. 29 N. 3, London, Sage.
- Huntington, S.P., 1957, *The Soldier and the State*, Cambridge, Harvard Un. Press.
- Janowitz, M., 1960, *The Professional Soldier*, New York, The Free Press.
- Keating, E., 1998, "Honour and Stratification in Pohnpei, Micronesia". *American Ethnologist*, V. 25, N. 3, Arlington, Am. Anthr. As.
- Keegan, J., 1976, *The Face of Battle*, London, Pimlico.
- Keegan, J., 1995, *Uma História da Guerra*, São Paulo, Edusp.

Lago, Laurênio, 1937, Medalhas e Condecorações Brasileiras, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Leirner, P.C., 1997, Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar”, Rio de Janeiro, FGV/Fapesp.

Leonzo, N.,1979, Defesa Militar e Controle Social na Capitania de São Paulo: as milícias, Tese de Doutorado, São Paulo, Departamento de História/USP.

Lévi-Strauss, C., 1974 [1950], “Introdução à Obra de Marcel Mauss”, in M. Mauss, Sociologia e Antropologia, 2Vols., São Paulo, EPU/Edusp.

Lévi-Strauss, C., 1976 [1943], “Guerra e Comércio entre os Índios da América do Sul”, in Scaden, E., Leituras de Etnologia Brasileira, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Lima, A.C.S., 1995, Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar e Indianidade no Brasil, Petrópolis, Vozes.

Lipset, S., & Bendix, R., 1963, Movilidad Social en la Sociedad Industrial, Buenos Aires, Ed. UBA.

Luttwack, E., 1987, Strategy: the logic of war and peace, Cambridge, Harvard Un. Press.

Martins Filho, J.R., 1996, O Palácio e a Caserna, São Carlos, Edufscar.

Mattoso, J., 1985, Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros, Lisboa, Guimarães Ed.

Mauss, M., 1974a., “Uma Categoria do Espírito Humano: a noção de pessoa, a noção de eu”, in

- Sociologia e Antropologia Vol.1, São Paulo, EPU/Edusp.
- Merton, R.K., 1966, “Estrutura Burocrática e Personalidade”, in Campos, E. (org), Sociologia da Burocracia, Rio de Janeiro, Zahar.
- Min. Ex. [Ministério do Exército], E-1, 1980, Estatuto dos Militares, Brasília, EGGCF.
- Min. Ex. [Ministério do Exército], R-2, 1997, Regulamento de Honras, Continências e Cerimonial do Exército, Brasília, EGGCF.
- Min. Ex. [Ministério do Exército], R1SG, 1984, Regulamento Interno dos Serviços Gerais, Brasília, EGGCF
- Montes, M.L., 1996, “Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia”, in Schwarcz & Queiróz (orgs.), Raça e Identidade, São Paulo, Edusp.
- Nuciari, M., 1994, “Rethinking Military Profession: models of change compared”, Current Sociology, Vol. 42 N. 3, London, SAGE.
- Oliveira, E.R., 1994, De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia, Campinas, Papirus.
- Peristiany, J.G. (Ed.), 1966, Honour and Shame: the values of mediterranean society. Chicago. University of Chicago Press.
- Pitt-Rivers, J., 1966, “Honor and Social Status”, in Peristiany, J.G. (Ed.), 1966, Honour and Shame: the values of mediterranean society. Chicago. University of Chicago Press.

Poliano, L. M. 1943. Ordens honoríficas do Brasil: história, organização, padrões, legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Proença Jr, D. & Diniz, E., 1998, Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica, Brasília, Ed. UnB.

Proença Jr, D., Diniz, E. & Raza, S.G., 1999, Guia de Estudos de Estratégia, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Puntoni, P., 1999, “A Arte da Guerra no Brasil Colonial”, Novos Estudos Cebrap, No. 53, São Paulo, Cebrap.

Rottman, G. & Volstad, R., 1998, Inside the U.S. Army Today, Oxford, Osprey.

Rouquié, A. (coord.), 1980, Os Partidos Militares no Brasil, Rio de Janeiro, Record.

Sahlins, M.D., 1990, Ilhas de História, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Salgado, G. (coord.), 1976, Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

Scalon, M. C., 1999, Mobilidade Social no Brasil, Rio de Janeiro, Iuperj/Revan.

Schulz, J., 1994, O Exército na Política: origens da intervenção militar, 1850-1894, São Paulo, Edusp.

Smail, R.C., 1985, Cruzading Warfare: 1097-1193, Cambridge, C.U.P.

Sodré, N.W., 1965, História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Stepan, A., 1975, *The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*, Princeton, Princeton University Press.

Teixeira, C.C., 1996, “Decoro Parlamentar: a legitimidade da esfera privada no mundo público?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 30, São Paulo, Anpocs.

Tilly, C., 1996, *Coerção, Capital e Estados Europeus*, São Paulo, Edusp.

Tomass, L., 2000, “A Cerimônia de Formatura da turma de João Cabral de Melo Neto: observações etnográficas preliminares”, in Peirano, Mariza (org.), *Análise de Rituais*, Série Antropológica No. 283, Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília, Brasília, mimeo.

Turney-High, H., 1942, *The Practice of Primitive War*, Missoula, Montana State Un.

U.S. Department of Defense, 2000, *Dictionary of Military Terms*, Washington, Greenhill Books.

Viveiros de Castro, E., 1986, *Araweté: os deuses canibais*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.



Sobre o Autor:

Piero Leirner é mestre (1995) e doutor (2001) em antropologia social pela USP, e professor titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.